

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

6 a 19 de Agosto de 2019 | Nº 187 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça

.... Kz 50,00

ECO DE ANGOLA

Pág. 3-6

Nem só de pão vive o homem: a componente linguística da cidadania



LETRAS

Pág. 7-11



Salas Neto apresenta
As Kassumunas
do Bairro Indígena

ARTES

Pág. 12

Entre tormentas e esplendores,
eis a arte contemporânea
angolana



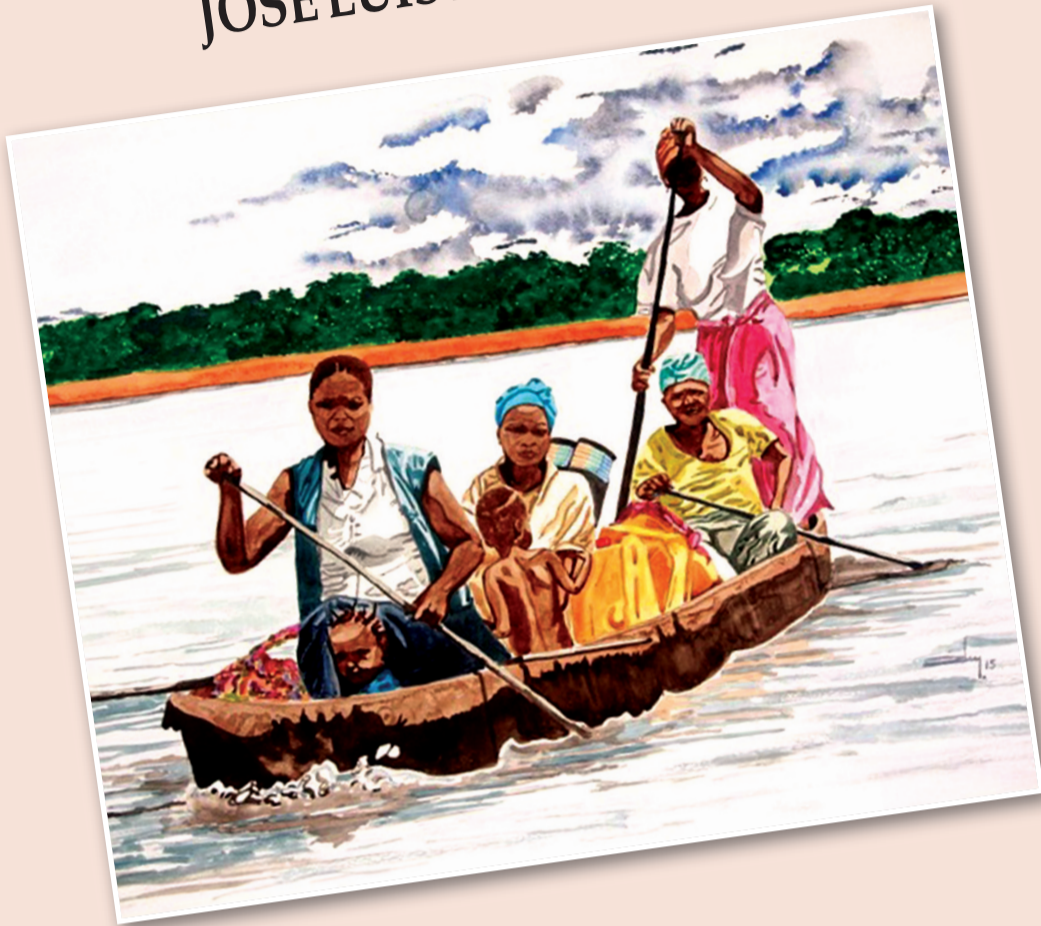
HISTÓRIA

Pág. 13



O mito (persistente)
da descolonização

JOSÉ LUÍS MENDONÇA



MULHER NEGRA

Mulher negra, eis que caminhas
sobre os vitrais perenes deste dia
jamais extinto no grande rio
de sermos mais que o rumor do nada.

Na floresta das tuas tranças
mil árvores despertam
a mais fértil negação do silêncio
neste lugar de nua memória.

Do teu coração, mulher negra, sobem
as queimadas do cacimbo
encruzilhadas de sóis na tessitura de um povo
sempre extasiado na raiz do ngoma
apelando à voz humílima do fogo.

Esse povo único emigra em cada gesto teu
a linhagem de uma beleza metálica
para que o dom da vida
singre no teu ventre
o surto ancestral de outro país.

E tu, mulher negra, sentas-te no trono
beijando a luz da tarde
com a notícia dos teus ângulos infinitos.

Por quantos mistérios me segreda
o marulhar da tua pele
onde se fundem as mil cores da transparência do Homem
quisera, ave cega, levantar meu voo
dentro do zimbo do teu sangue ouvir cantar
o som antigo de inventares o Mundo.

No teu rio de luas sem noite
quisera, mulher negra, entretecer
a asa de um sonho para este esconso
vão de África onde o ngoma tece
a palavra dos ídolos de pedra.

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentarem esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344
Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola
E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior,
José Alberto Domingos, Rui André
Marques Upalavela, Luena Kassonde
Ross Guinapo

Administradores Não Executivos

Filomeno Jorge Manaças
Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 187/Ano VII/ 6 a 19 de Agosto de 2019
E-mail: cultura.angolana@gmail.com
site: www.jornalcultura.sapo.ao
Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editor:

Gaspar Micolo

Departamento de Paginação:

Irineu Caldeira (Chefe), Adilson Santos (Chefe adjunto),
Adilson R. Félix, Sócrates Simóns, Jorge de Sousa
e Waldemar Jorge

Edição online: Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: Francisco Neto, João Ngola Trindade, Leonel
Cosme, Luamba Muinga, Mário Pereira, Salas Neto,

Austrália: J. Chrys Chrystello

FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

Afreaka, Africultures, Portal e revista de referência, Agulha,
Correio da Unesco, Modo de USAR & CO,
Obvious Magazine e Engenharia é.



JOSÉ LUÍS
MENDONÇA

NO PRINCÍPIO ERA O VERBO

'Nem só de pão vive o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus' (Mateus, 4:4), ou, como diz o Evangelho "No princípio era o Verbo... e o Verbo se fez carne, e habitou entre nós", (João, 1:1, 14), são duas máximas milenares que apontam para o uso e a importância da Língua como um direito inato.

Numa primeira acepção, muito primária e directa, o direito à língua apresenta-se-nos com a natureza de um direito natural, e como uma propriedade inata do ser humano. De tal forma inata, que colocar a questão: "Quem surgiu primeiro, a língua ou o falante?" resulta no mesmo enigma tautológico da galinha e do ovo. O Homem (Homo Sapiens) surgiu em simultâneo com a língua, através duma lenta evolução que durou milénios.

A língua faz parte desse intróito genético do Homem, de tal forma que, assim o diz a professora brasileira Elaine Grolla, "toda a criança normal adquire uma língua natural, sem nenhum treinamento especial e sem um input linguístico sequenciado, ou seja, sem nenhuma preocupação com a ordem em que as sentenças são faladas às crianças. Essa propriedade da aquisição de linguagem é chamada de universalidade da linguagem (Crain e Lillo-Martin (1999)). Embora as línguas naturais sejam muito diversas, o curso de aquisição de linguagem é o mesmo em qualquer língua, como tem sido observado translinguisticamente. (...)

Outra característica da aquisição da Linguagem é a uniformidade. Ou seja, crianças numa mesma comunidade têm experiências linguísticas bastante diversas (com inputs diferentes) e os dados linguísticos primários que cada criança recebe são diferentes do que as outras recebem; mesmo com essa diversidade no input, todas elas acabam aprendendo a mesma língua.

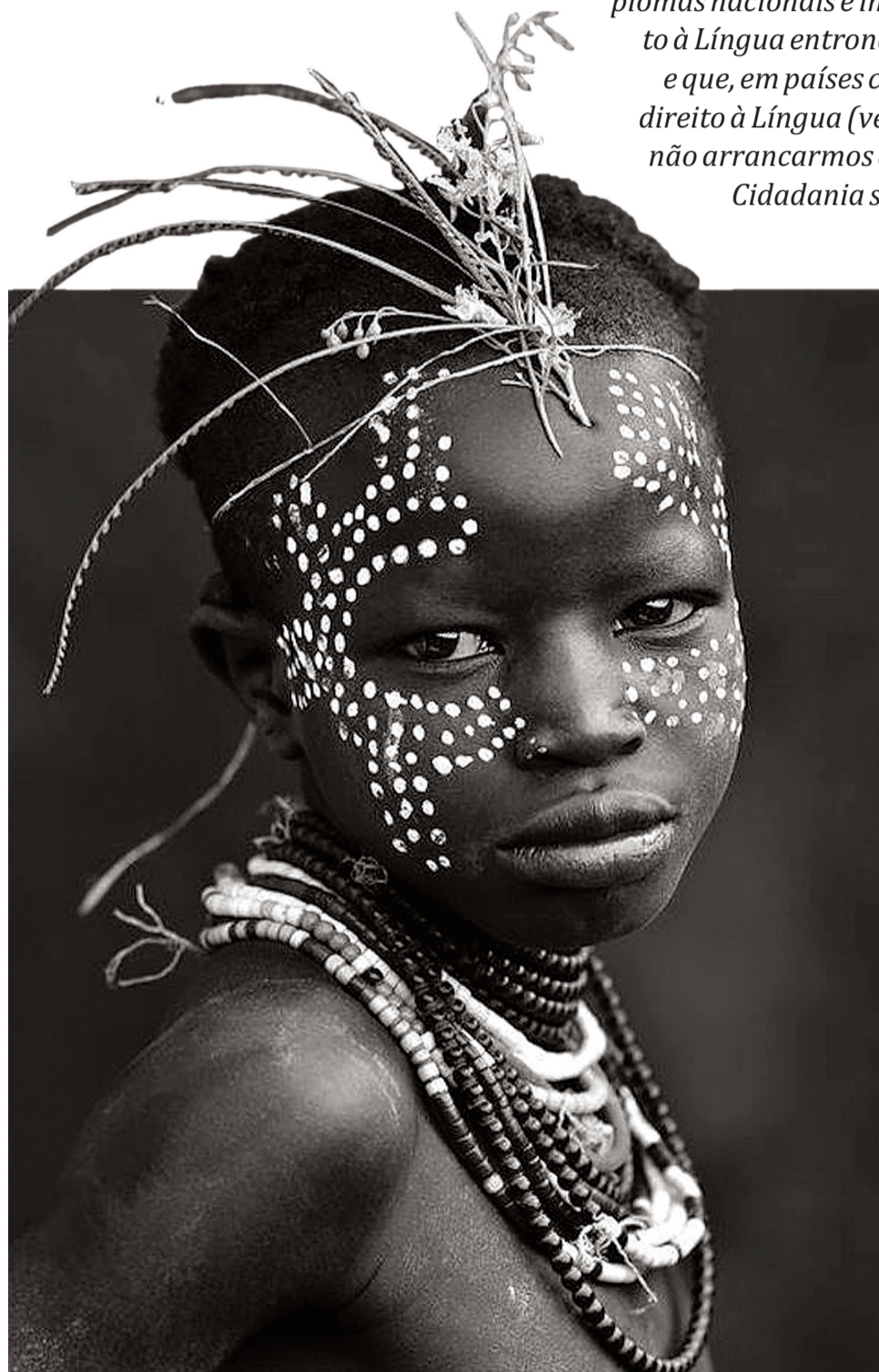
Algumas crianças aprendem várias línguas. Em comunidades onde mais de uma língua é falada, as crianças aprendem todas as línguas da comunidade.

Além de ser universal e uniforme, o processo de aquisição de linguagem é também muito rápido", assim explica a professora Grolla.

Portanto, neste primeiro patamar da questão linguística, estamos perante aquilo que o personagem Antígona, da tragédia grega, afirmou serem "leis, não escritas, mas imutáveis, dos deuses (cuja) vigência não é, nem de hoje, nem de ontem, mas de sempre, e ninguém sabe como e quando apareceram..."

Nem só de pão vive o homem: a componente linguística da cidadania

O simples e grandioso acto de usar a Língua para expressar o pensamento, testifica o princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto dimensão filosófica de um direito natural de cujo exercício parte a edificação da Civilização e da Cultura. A esse direito inato foram agregadas outras componentes jurídico-legais, com vista ao pleno exercício da Cidadania num mundo contemporâneo com desafios colocados à protecção e ao desenvolvimento da espécie humana, dentre os quais se destaca o valor da comunicação social nas várias subesferas da vida social. Da análise das normas contidas em diplomas nacionais e internacionais, conclui-se que o direito à Língua entronca no direito ao Ensino de qualidade e que, em países como Angola, não se pode conceber o direito à Língua (veicular), base da plena Cidadania, se não arrancarmos do pressuposto histórico de que essa Cidadania só se completa com o plurilinguismo.



este mesmo homem exerce um desígnio de desigualdade, de domínio que, a nível do sujeito individual é causa de desalamento (recalcamento da alma) e, a nível colectivo, de apatriamento (omissão da pátria linguística).

Socorremo-nos, mais uma vez, da alegoria bíblica: "Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra, e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra." (Génesis 11:9). Quando conectamos a língua com a imagem de pátria e de alma, estamos no centro da torre de Babel, que é o símbolo de algazarra, gritaria, diversidade, complexidade, multiplicidade.

Este é o Mundo em que vivemos. Apertado num torno de forças dialecticamente contrárias: diversidade, versus identidade, Mundo vs. Pátria, humanidade vs indivíduo, e por aí adiante.

Com a agudizar da globalização e o reforço do hiperlinguismo anglo-saxónico (que, diga-se de passagem, até pode vir a redundar, no futuro, na extinção da Babel universal e na solução para todos as vicissitudes no processo de comunicação, alfabetização e aquisição do know-how), a questão do direito à língua também se agudiza e coloca-nos novos desafios. A globalização e a interdependência civilizacional dos diferentes povos e nações também aportou à nossa era a necessidade de salvaguardar o direito à língua, no quadro mais amplo da experiência humana, no que toca ao bem-estar social e à sua pertença a um único mundo.

Por um lado, temos a necessidade de conhecer, pelo menos, uma língua do mundo (de preferência, o inglês), para poder ter acesso à Ciência mais avançada e às conquistas da Civilização: nenhum angolano poderá viajar no vaivém Discovery, se não souber inglês com proficiência. Do mesmo modo, eu, enquanto escritor, nunca serei universal, nunca serei conhecido lá fora, nem sequer posso almejar ganhar o Prémio Nobel da Literatura, enquanto não tiver uma das minhas obras traduzidas para a língua de Shakespeare.

Por outro, nenhum angolano se sentirá realizado na sua máxima beleza

O SIMBOLISMO ALEGÓRICO DE BABEL

Sendo um dado adquirido que Homem e Língua (ainda que apenas pensada, no caso dos mudos) são uma só e a mesma entidade ontológica, porque nos deparamos com esta grande preocupação de filólogos, antropólogos, juristas e até politólogos com relação à Língua e ao direito do seu uso. De que direito, afinal, estamos aqui a falar?

A questão fica bem clara quando lemos do poeta português Fernando Pessoa esta afirmação: "A minha pátria é a língua portuguesa". Ou a descoberta dos antropólogos, quando afirmam que "a língua é a alma de um povo."

Aqui é que surge o busílis da questão. Das abstrações de pátria e de alma di-

rectamente conectadas ao conceito de língua, considerado património intangível dos povos. No fundo, no fundo, trata-se da problemática da eterna combustão despoletada pela relação social e a relação internacional e a sua penetração pelo fenómeno da identidade cultural e da cidadania colectiva.

O progresso tecnológico da Humanidade, a participação do cidadão nas diversas estruturas escalonadas da Polis, a indústria do entretenimento e a própria comunicação intersubjectiva num mundo cada vez mais global metamorfosearam o inatismo linguístico num direito fundamental, que impõe à doutrina jurídica um novo campo de teorização. Dada a natureza predadora do Homem, também no campo linguístico,

interior, enquanto não dominar a língua da região onde nasceu ou onde habita. Por isso, é que o meu pai, que era branco e português, falava rudimentos do kimbundu, língua da minha mãe. Caso contrário o funge que ele comia, não lhe sabia a bombó da terra.

DIREITO À(S) LÍNGUA(S)

Actualmente, dispomos de vários instrumentos jurídico-legais nacionais e internacionais que definem o regime e a natureza jurídica do direito à língua, que, embora não dispense elementos do inatismo genético apontado no primeiro capítulo, claramente o actualizam e esclarecem.

É claro e pacífico o que os juristas apontam para a natureza do direito à língua, classificando-o como um direito subjectivo, enquadrado nos direitos fundamentais da segunda geração, isto é, no leque dos direitos culturais. Com a consagração do direito humano à língua a nível da Lei-mãe, ele passa a ser direito fundamental, ganha o seu pendor garantístico por parte do Estado.

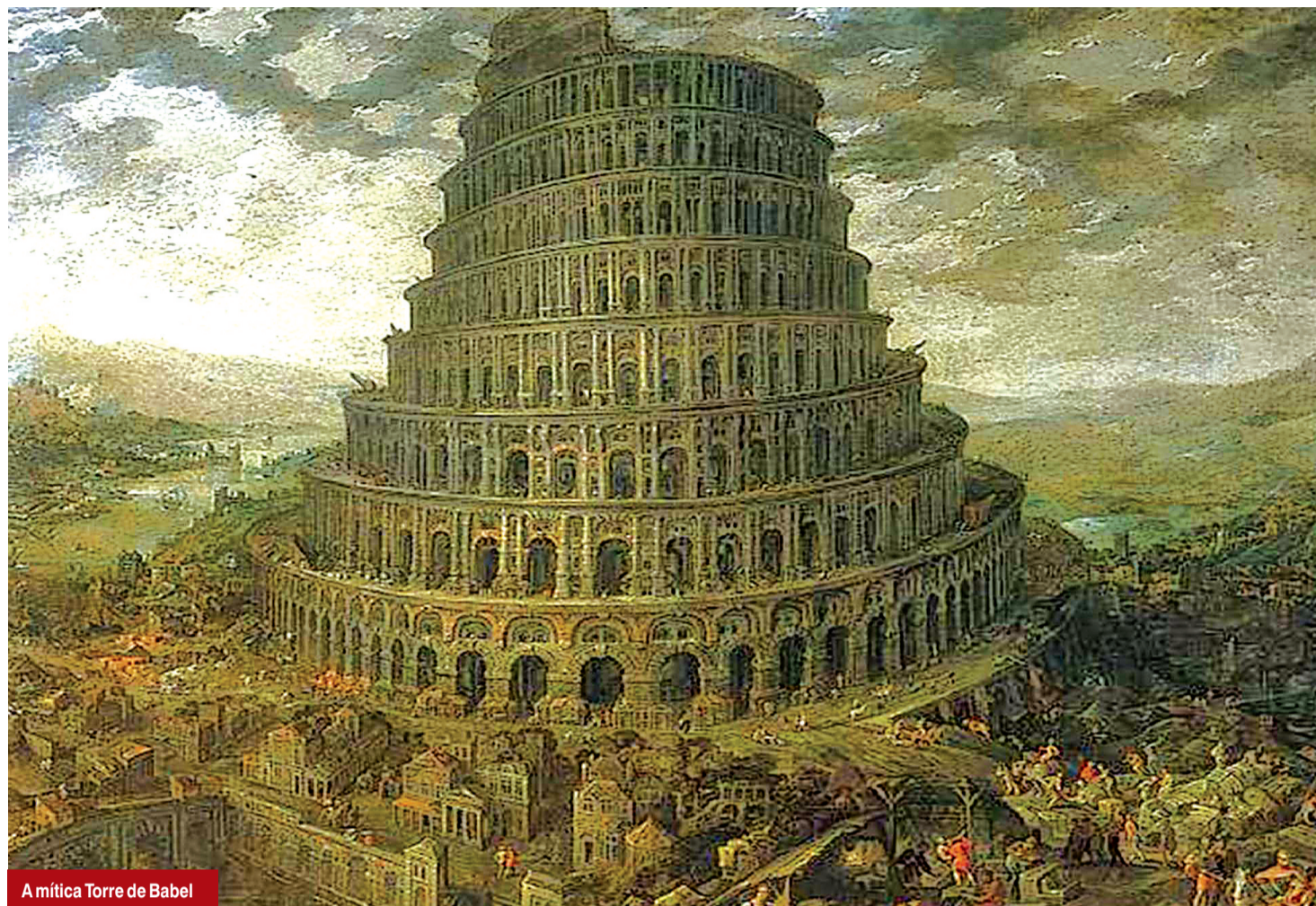
Isso mesmo assegura o texto da Constituição da República de Angola, no seu artigo 2.º - 2.: “A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas.”

O artigo 19.º (Línguas) interessa-nos particularmente: 1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Daqui se conclui que o direito linguístico não se refere a uma língua só, sim, é um direito às línguas.

Entrando concretamente na questão que aqui nos trouxe, o Ensino de Base, começamos por destacar o facto histórico de que a África lusófona, em detrimento do postulado da independência, continua ainda submetida a uma camisa de forças linguística, que criou ‘territórios insulares’ no seio das sub-regiões africanas, cada uma delas agrupada segundo a cultura linguística ocidental. Estamos perante o fenómeno das insularidades euro-linguísticas, cujas fronteiras são as línguas de origem indo-europeia, no caso vertente, o português, o francês e o inglês.

O drama destas geofonias insulares em África reside na constatação de que, para podermos comunicar e, desse modo, conhecer os produtos culturais regionais, o cidadão lusófono da África Austral tem de ter uma tríplice competência linguística ocidental (português, francês e inglês). Esta realidade euro-linguística, da qual é impossível nos abstermos, sob pena de perdermos o comboio da História Universal e a sua ementa de Progresso Tecnológico, impõe-nos que o ensino até aos doze anos das crianças angolanas deva forçosamente contemplar



A mítica Torre de Babel

competências linguísticas eurofónicas, do português, do francês e do inglês que, depois, os alunos irão aprofundar até ao fim do ensino pré-universitário, para poderem dialogar com os países vizinhos e com o resto do mundo.

As línguas eurocêntricas são as línguas que formatam em nós a cidadania universal. Devem ser aprendidas, com eficiência, na escola. Esta competência polifónica é uma daquelas questões contempladas pelo direito à língua, nomeadamente no artigo 19º da Constituição angolana.

LÍNGUA, CIDADANIA, CULTURA E CIVILIZAÇÃO

O caso da língua oficial indo-europeia vigente em Angola é tão acutilante em termos políticos, quanto culturais. É que, devido ao Encontro das Civilizações iniciado no século XV de forma mais abrangente do que na Idade Antiga, a República de Angola é um produto da língua portuguesa, a começar pelo próprio nome do país. A unidade nacional tão apregoada pela Constituição, no seu artigo Artigo 2.º é um produto da língua portuguesa. A pátria, essa é que é produto da luta armada.

Daí que, para nós, angolanos, neste momento histórico, o direito à língua oficial, através do seu ensino universal, numa base de excelência, é, não só recomendável, pois tem um carácter político de grande alcance.

Nós dissemos atrás que há dois níveis ou duas dimensões jurídicas do direito à língua. Neste dimensão de natureza fundamental, o direito à língua implica que o fraco domínio da língua veicular levanta um problema geral, primário, de segurança nacional, pois não podemos substituir os técnicos angolanos nos diferentes sectores da indústria e dos serviços, por técnicos imigrantes de Portugal, do Brasil ou de outros países. Isso significa abrir

os segredos do Estado angolano à cupidéz estrangeira.

A exigência do domínio da linguagem escrita e falada na sociedade contemporânea é cada vez maior. O jovem angolano à procura de emprego deve possuir o domínio da língua portuguesa, ter boa comunicação verbal e escrita, boa redacção e facilidade de comunicação. Esta exigência do domínio da língua é extensível à participação social e ao exercício da cidadania. Um político que fale mal o português convence menos a audiência. Tal conhecimento inclui tanto saber interpretar um texto escrito, quanto ler, escrever e falar com proficiência.

A aprendizagem da língua veicular – o português – tem uma enorme repercussão na vida política, social, económica e cultural da nação.

Um segundo problema que relaciona a língua veicular e a segurança nacional tem a ver com o desenvolvimento sustentável. Considerando que o principal papel da Universidade é a (re)produção do conhecimento, através da pesquisa, é bom recordar que os fundamentos dessa pesquisa residem na didáctica da língua portuguesa. Ora, sem (re)produção do conhecimento científico não pode haver desenvolvimento endógeno da Indústria, da Agricultura, da Medicina, das Pescas e do próprio Ensino, para não falar de todos os sectores da vida nacional, incluindo a própria Democracia.

Sem o domínio da língua padrão não teremos desenvolvimento sustentável, mas sim dependência do exterior. E a segurança de um país não depende apenas da tropa e dos canhões. A segurança interna ancora na capacidade para criar bens e serviços, produtos exportáveis e autonomia industrial.

A afirmação do artigo 19.º da Constituição angolana “a língua oficial da República de Angola é o português” extravasa da esfera jurídica individual para a esfera da pessoa jurídica do Es-

tado. No quadro dessa personificação jurídica, exige que os servidores da Administração Pública usem o direito à língua com uma determinada competência linguística do português, para que o Estado, pessoa colectiva de Direito, possa, não só conversar com voz igual com os seus pares, mas realizar as tarefas que lhe são cometidas por Lei, mormente a aquisição dos ganhos da Civilização Universal.

Tudo regressa, portanto, à Educação e ao Ensino que, por sua vez, tem como suporte essencial a didáctica da língua portuguesa. No entanto não é menos importante o alcance cultural do direito à língua oficial em Angola. Desde logo, porque o Artigo 12.º, da Convenção sobre os Direitos da Criança, pede que “1. Os Estados Partes garantam à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.” A referida Convenção tem em linha de conta, no artigo 13.º: 1. o direito à liberdade de expressão, que compreende “a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.”

Também trazemos à liça o Artigo 17.º que reconhece a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e pede que os Estados assegurem o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental” e que encoraja, neste âmbito, “a produção e a difusão de livros para crianças”.

Estes direitos entroncam no direito geral à Educação, previsto na Consti-



Criança dotada

tuição, artigo 79.º: “1. O Estado promove o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura (...) 2. O Estado promove a ciência e a investigação científica e tecnológica.”

A ligação destes direitos da criança ao direito à língua, encontra-se na constatação de que sem um bom ensino primário não se pode ter um ensino superior produtivo.

A chave do sucesso académico no domínio da pesquisa não está preferencialmente no volume de informação científica que o currículo académico determina, mas, icónica ou referencialmente, na dimensão do vocabulário e da codificação da língua (gramática) que ele adquire para poder entender (descodificar) o discurso científico-literário.

HÚMUS LINGÜÍSTICO

O direito à língua, no caso angolano é muito mais complexo do que o simples domínio da língua oficial. É que, antes de Diogo Cão aportar à foz do rio Nzadi (Zaire), já os povos deste quadrilátero que hoje se chama Angola tinham as suas línguas originais, das quais destacamos as de âmbito regional: Umbundo, Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Nyaneka-Humbe, Otchikwanyama. Conjuntamente com o Português, formam o húmus linguístico da Angolanidade, uma intrincada geografia de veios linguísticos e direitos adjectivos correlatos que configuram uma muito mais larga interpretação do direito à(s) língua(s).

Porque a criança é para aqui chamada como destinatária deste seminário, temos, numa primeira instância, a problemática do direito ao nome. Diz a Convenção sobre os Direitos da Criança: “Artigo 7.º: A criança é registada imediatamente após o nascimento e tem desde o nascimento o direito a um nome (...).

Artigo 8.º : 1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e relações familiares, nos



Fome da palavra

termos da lei, sem ingerência ilegal.

Artigo 30.º : Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança indígena ou que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua.”

Todos estes direitos adjectivos acoplados ao direito primário à língua remetem para o naufrágio da identidade africana resultante duma primeira imagem conferida pelo nome. O nome Wole Soyinka identifica, a priori, o escritor em causa com um país africano, assim como José Saramago liga de imediato a pessoa deste escritor com o seu país europeu. Já um escritor chamar-se José Luís Mendonça confunde um estrangeiro, porque, desde logo, o relacionará com Portugal. Por isso mesmo, a partir desta reflexão neste fórum, decidi chamar-se Kumbi dya Mbundu, tirado do kimbundu da minha terra natal. Deste modo, estou a exercer o meu direito à língua que, como referi atrás, nas ex-colónias africanas é, por assim dizer, um direito às línguas.

primária. Estas línguas podem e devem ser ensinadas na comunidade. O exemplo vem dos falantes do Umbundo, cujos descendentes, mesmo nascidos e a viver na diáspora, se comunicam na sua língua materna. Devemos estudar este processo de transmissão da língua, o apego à identidade e os mecanismos de transmissão familiar a comunitária, e estendê-los ao Kimbundo e às outras línguas. A urgência é, pois, organizar uma pedagogia da oralidade autárquica ou comunitária.

“A língua é muito mais do que uma colecção de palavras; (...) é um valioso repositório da riqueza cultural da tradição histórica, dos laços sociais e das formas de autorrealização dos indivíduos pertencentes a esta cultura. Cada povo identifica-se com os seus usos e costumes, nas diversas áreas da vida social. A actual situação sociocultural e político-administrativa faz de Angola um país independente, mas de múltiplas culturas.

A língua faz parte da identidade principal de um povo, razão pela qual Carreira e Quintino (1969:20) afirmam que «não é possível a existência de uma língua sem nomes designativos de seres, de coisas – animados ou inanimados, abstractos ou concretos». A perda de nomes antropónimos poderá contribuir para a perda das referidas línguas locais.

Embora a história pré-colonial tenha sido cuidadosamente pesquisada e preservada, na verdade, ainda carece de informação no que diz respeito a estudos minuciosos sobre os antropónimos angolanos antes e depois da independência”, afirma Bento Miguel Vete Dodão.

Mesmo que Angola tenha pretensões, ao mais alto nível político-administrativo, de seguir a viragem protagonizada pelo Rwanda, ao instaurar o inglês como língua oficial, mesmo admitindo essa hipótese da governação angolana, atribuir o nome de “Wal Street de Luanda” ao primeiro centro financeiro da cidade capital assemelha-se a uma submissão cultural de Angola à globalização neo-liberal anglo-saxónica e, neste caso concreto, norte-americana.

A notícia avançada pelo Jornal de Angola, na edição de 10 de Setembro de 2015, pela voz do presidente do conselho executivo da Sociedade Baía de Luanda, Miguel Carneiro, deixou-nos com arrepios de índole cultural e histórica.

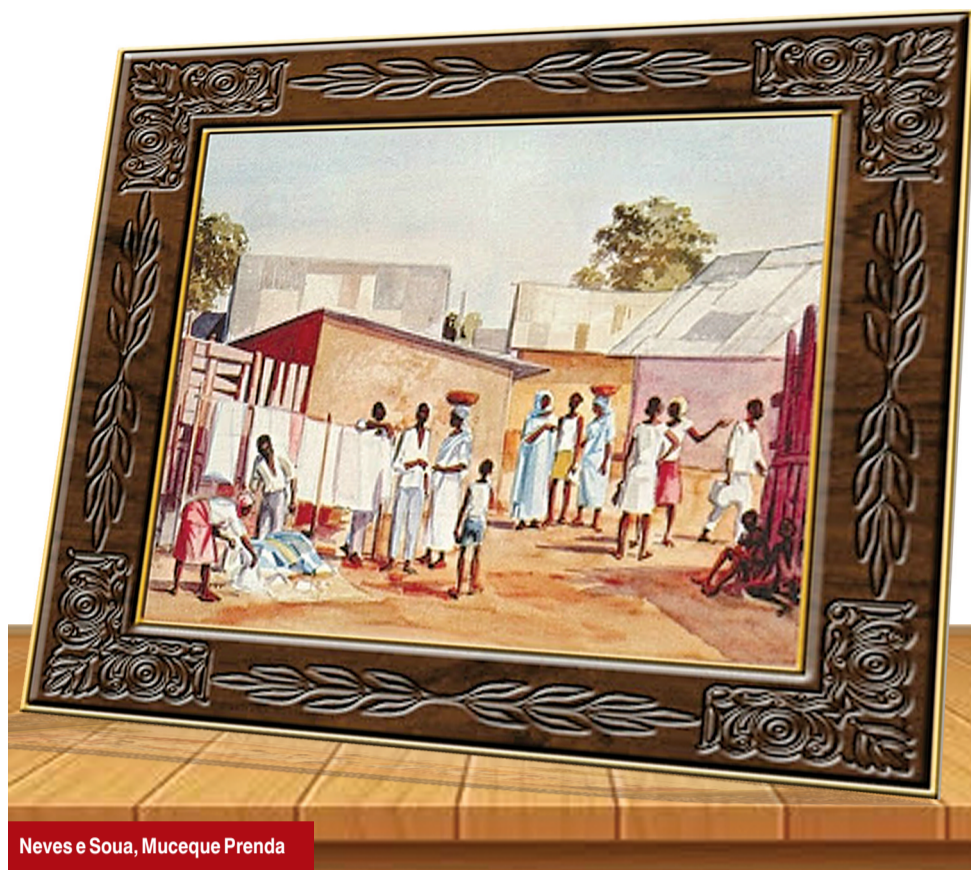
Das razões históricas, se a intenção é glorificar um símbolo da história dos EUA, com a atribuição do nome de “Wall Street” a um empreendimento em Luanda, apenas estaremos a honrar os que trucidaram os peles-vermelhas (índios) e lhes roubaram as terras para fazer a megalómana nação que é hoje os EUA. A prestar homenagem à história e à sociedade norte-americana e aos seus valores, seria mais honroso dar o nome desse empreendimento àquele chefe índio, Touro Sentado, que derrotou o general Custer e os soldados facas longas na batalha de Little Big Horn (Pequeno Grande Chifre), em 1876, na região

Segundo a UNESCO, “a língua materna constitui uma parte essencial de uma comunidade étnica, pois carrega consigo valores e conhecimento que, frequentemente, são utilizados na prática e na transmissão do património cultural imaterial.” Para a UNESCO “a diversidade linguística e o plurilinguismo são essenciais para o desenvolvimento sustentável, porque são parte vital da educação para a cidadania global, ao promover as conexões interculturais e as melhores formas de as pessoas viverem juntas.”

A Constituição leva em conta estes pressupostos do desenvolvimento ao elencar, no Artigo 21.º, dentre várias as tarefas fundamentais do Estado angolano, estas em particular:

“n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.”

As línguas nacionais bantu são muito importantes. São as línguas da nossa Cultura. São elas que nos formatam enquanto cidadãos africanos, independentemente da cor da pele. Sem elas, perdemos a nossa identidade



Neves e Sousa, Muçequê Prenda

onde hoje fica o estado de Montana. Pelo menos, estaríamos a ser solidários com os autóctones norte-americanos, cuja história de ocupação e de luta se assemelha à nossa.

Em segundo lugar, por razões culturais (linguísticas). A língua portuguesa detém um papel central na comunicação, por isso foi considerada desde a independência nacional como a língua oficial. Dar nomes às coisas da nossa terra na língua que fala a Rainha de Inglaterra não será uma espécie de alienação cultural?

Nós não somos ingleses. Tão pouco norte-americanos. Temos uma língua oficial, o português, e temos seis gran-

des línguas africanas capazes de nomear seja que empreendimento for que se erga em Angola. Além disso, temos figuras sociais e históricas que podem conferir, melhor que “Wall Street”, um nome honroso ao primeiro centro financeiro da cidade de Luanda. Vem-me à memória, Carlos Rocha Dilolwa, guerrilheiro, economista e ministro do Planeamento e Coordenação Económica do 1º Governo de Angola. E ele há outras fontes culturais nacionais ou mesmo da África que serviriam melhor que “Wall Steet” essa intenção toponímica. Isso mesmo foi compreendido pelo Colóquio sobre a Cultura Nacional, que decorreu em

Luanda, em Setembro de 2014, ao realçar “a questão da construção de uma Nação próspera baseada na identidade sociocultural do homem angolano”, e propôs “o uso e a utilização de motivos culturais nacionais em indústrias, instituições e serviços, bem como em todas as áreas da vida e da actividade dos cidadãos (...)”.

CONCLUSÃO

O Ensino é o elemento natural de preservação da língua como veículo e padrão axiológico de uma cultura e recurso da comunicação internacional.

Porque estamos a falar de Educação do menor, confessamos que o título desta comunicação foi inspirado pelo artigo 247º do Código da Família, sobre os alimentos: “1. Os alimentos compreendem tudo o que for necessário ao sustento, saúde, habitação e vestuário. 2. No caso dos menores, os alimentos compreendem ainda a educação e a instrução.” Dai o título bíblico “Nem só de Pão Vive o Homem”, pois que, não há educação nem instrução para a Vida adulta, sem um bom domínio da língua oficial. A língua é também um alimento, ao lado do pão.

O direito à língua, numa primeira abordagem sobre a língua oficial, implica, à partida, o seu ensino integral, desde tenra idade. Como vimos atrás, todas as crianças, no mundo inteiro, aprendem facilmente qualquer língua. Não é por ser língua do colono que o português é difícil. É por não termos professores habilitados na gramática da língua do colono que a nível da Administração do Estado há notas oficiais onde se escreve Bairro da Sapu, com acento na

última vogal. Ou se escreve o nome do filho varão do ex-presidente da República, Zenu, com acento no ‘u’, pois que, as palavras terminadas em “u” que não provenha de um ditongo, não são acentuadas.

Portanto, quando a Constituição estabelece, no seu artigo 19.º que “a língua oficial da República de Angola é o português”, subentende-se, para esta língua, o que a seguir estipula que “o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.”

Wanderley Geraldi sustenta que “Traduzir tudo para um mesmo sentido é empobrecer a humanidade. Negociar sentidos é enriquecer a experiência humana como um todo e a vida de cada um.

Neste sentido, os Estados multilíngues africanos, asiáticos e latino-americanos (ou seja, Estados hoje periféricos) oferecem as maiores oportunidades deste enriquecimento.

As práticas escolares de trabalho com a linguagem, na escola que conhecemos, têm apontado para a padronização, para a ‘conquista’ da língua única ou mesmo para a ‘correção’ das formas de falar não autorizadas porque consideradas dialectais (num sentido mais preconceituoso do que científico). Na perspectiva aqui defendida, é pelo inverso disto que precisamos lutar: há que alfabetizar na língua conhecida e falada pelos alfabetizandos; há que lutar pela escrita das histórias e culturas expressas em línguas ágrafas, mas não numa língua outra que não aquela mesma em que estas culturas se gestaram. A potência inovadora do convívio e diálogo entre diferentes línguas pode, mais uma vez, ser explorada para o enriquecimento da humanidade.”

Para Wanderley Geraldi, “este é o mundo global, um mundo de diferenças, em que, enfim, os direitos linguísticos podem ser exercidos como princípio de vida.”

Bibliografia consultada

RWanderley Geraldi, *Da liberdade ao direito à expressão: hegemónias e subalternidades* (João Universidade Estadual de Campinas.

Elaine Grolla (2006) - *Material didáctico desenvolvido para o Curso Letras – LIBRAS (UFSC) A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM.*

UNESCO BRASIL, *Diversidade linguística*, in

<http://www.unesco.org/new/pt/brazil/culture/cultural-diversity/linguistic-diversity/>

Bento Miguel Vete Dodão, *ANÁLISE DESCRITIVA DOS ANTROPÓNIMOS DA LÍNGUA KIKONGO MESTRADO EM TERMINOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DE ESPECIALIDADE.*

Constituição da República de Angola, 2010.

Código da Família angolano. Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF)



Neves e Sousa, festa africana

A língua, só, não faz irmãos



LEONEL
COSME

falando do povo Koysan, não bantu, cuja língua se faz com cliques. Todavia, na Namíbia, dado o seu elevado número de falantes, ela é considerada e estudada como uma língua nacional.

Retomando o artigo:

“O português já foi língua de extermínio no Brasil, onde em cinco séculos se perderam muitas centenas de idiomas indígenas, alguns absolutamente originais, isto é, sem parentesco com outros. Em Angola, as línguas nacionais resistiram ao português, que teve um crescimento assombroso nos últimos anos. (...)”

Estamos (ele?) criando um espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de relativa igualdade, sem dominados nem dominadores. Uma lusofonia horizontal, que não se esgota, longe disso, na língua comum. Uma irmandade autêntica. (...) O português tem de avançar em conjunto com as restantes línguas nacionais de cada país. Não pode ser percebido como um inimigo, mas como parceiro.”

Continuando a questão: c) Primeiro é preciso não confundir língua com idiólecto, gíria ou patois...

À consideração da língua portuguesa como inimiga, - foi num certo tempo e num certo espaço - acresceu outra: a de factor de unidade nacional, mesmo que para muitos falantes não

seja a língua-mãe. Tenha-se em conta que na génese da filosofia-social bantu o interesse comunitário prevalece sobre o individual.

De resto, em 1965, na Guiné, Amílcar Cabral dizia: “Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada se não um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as readades da vida e do mundo.” Em Moçambique, muitos anos depois, Fernando Ganhão, reitor da Universidade Mondlane, recordava: “Teria sido impossível que em 25 de Junho de 1975 (data da independência de Moçambique) se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional, porque as querelas que trazia fariam decerto perigar a existência de estado uno, teriam impossibilitado a unidade que criámos no seio o nosso Partido Frelimo (...).”

Em Angola, em 1977, Agostinho Neto, admitindo a possibilidade de aglutinar alguns dialectos, falava para os escritores: “O uso da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. (...) Todo o desenvolvimento do problema linguístico, naturalmente, dependerá tam-

bém da extinção das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas colonialismo, e do desenvolvimento económico.”

Só que a prática vem demonstrando que tem sido mais fácil adoptar o português como língua nacional do que aglutinar alguns dialectos para o substituir...

Retomando o artigo:

“A língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam – é assim desde há séculos. A minha língua – aquela de que me sirvo para escrever – não se restringe às fronteiras de Angola, de Portugal ou do Brasil. A minha língua é a soma de todas as suas variantes. É plural e democrática. A sua imensa riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções. Aprisionar a língua portuguesa às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-lhe memória e destino. Com o colapso do Império, o português libertou-se. É nessa língua livre que eu me reconheço, e é por ela que luto.”

d) Mesmo sem entrar no domínio das ciências da linguagem, teremos de distinguir a língua da fala. Como nos ensinaram, a língua define-se como um código, entendo por isso a criação de correspondência entre ‘imagens auditivas’ e ‘conceitos’. A fala é a utilização, o emprego, desse código pelos sujeitos falantes. Correlativamente, qualquer actividade ligada à linguagem pertence à fala.

e) Ensinou-nos Saussure que os costumes de uma nação têm uma incidência sobre a língua e, por outro lado, é a língua que faz a nação. Donde, ao aproximar-se a linguística da etnologia, não podemos ignorar todas as relações que podem existir entre a história de uma língua, de uma raça ou de uma civilização.

f) Diz-nos Agualusa que a língua de que se serve para escrever os seus livros é “a soma de todas variantes do português e que “a sua maior riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções.” Mas como quando escreve nos jornais Agualusa segue o português normativo, temos de concluir que ele escreve conforme as circunstâncias e, como também declarou há anos numa entrevista cuja data já não me ocorre, escrevo para que gostem de mim, respondendo assim à regra tríplice de Sartre: escrever o quê, para quê, para quem?

g) Disse Ortega y Gasset que eu sou eu e a minha circunstância. É um ditame que se aplica a todos nós. Agualusa nasceu em Angola, em 1960, e aos quinze anos, estando Angola em pé de guerra, teve de acompanhar os pais, que não eram angolanos, no seu regresso a Portugal. Aqui Agualusa se fez homem, estudou e chegou a fazer jornalismo em Lisboa. Ao cabo de alguns anos, mudou-se para o Brasil, com

Ensinou-nos Saussure
que os costumes de uma
nação têm uma incidência
sobre a língua e, por outro
lado, é a língua que faz a

nação

Há algumas semanas, li no EXPRESSO, com grande destaque, um artigo de José Eduardo Agualusa intitulado Por uma irmandade da língua, e logo pensei em Abel e Caim e numa antiga frase de Pitigrilli, – eram mais do que inimigos: irmãos – ponderando que uma irmandade se faz com afectos e que a língua é um meio de os comunicar.

Mas vejamos algumas passagens desse artigo:

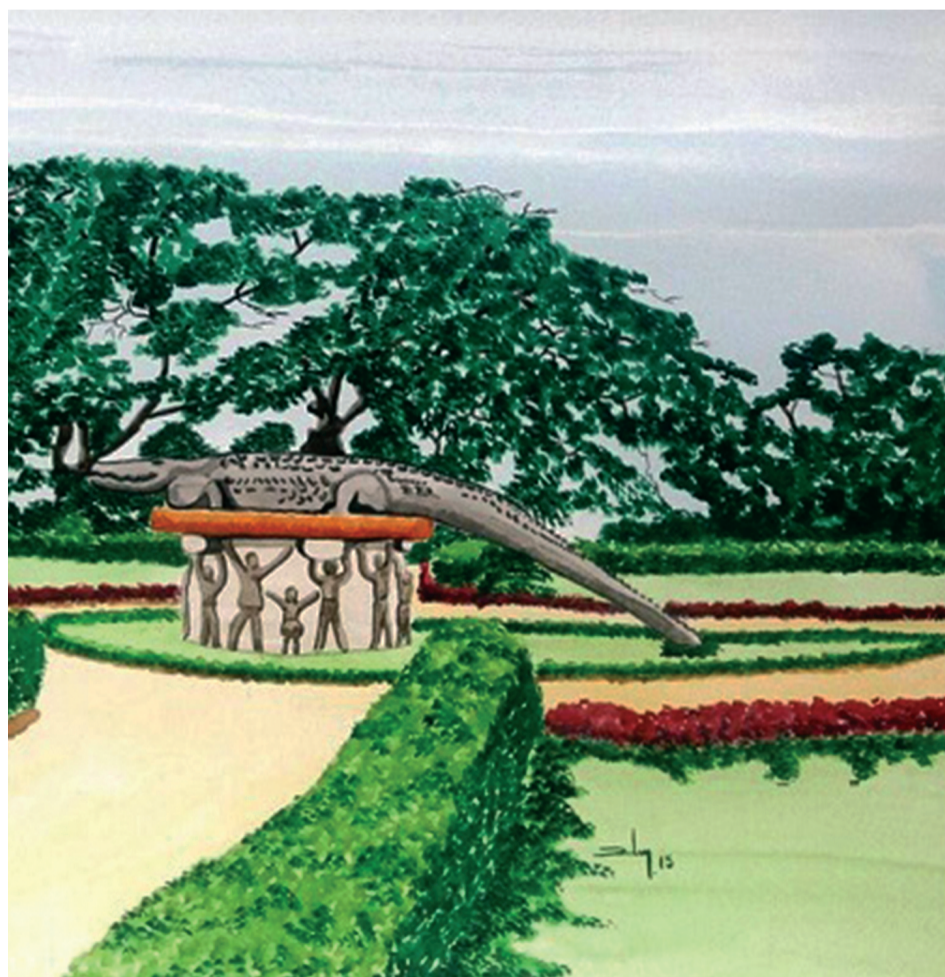
“Testemunhei em diversas ocasiões o genuíno espanto de cidadãos portugueses, em visita a Angola ou a Moçambique, quando percebem que a palavra lusofonia está longe de ser consensual, podendo levantar, pelo contrário, acesa polémica.

Em primeiro lugar, é importante ter em conta que em todos os países africanos, mas também no Brasil, em Timor-Leste, e até em Portugal, a língua portuguesa não está sozinha. Em Portugal o mirandês é a segunda língua oficial do país, desde 1999, lado a lado com a língua portuguesa.”

Questionando, vamos por partes:

a) Nada mais natural que um cidadão português que viaje para Angola e Moçambique se espantasse se os seus interlocutores, se não fossem lusófonos, não tivessem uma ideia consensual do que significa a palavra lusofonia: conjunto de falantes do português ou países que têm como oficial a língua portuguesa. E não é crível, hoje, que os africanos, mesmo os que não foram à escola, mas também falam a língua do colonizador, pensem que ela, útil como é, seja ainda uma língua de extermínio.

b) Em nenhum país, fora de Portugal, a língua portuguesa está sozinha. Em Portugal, o mirandês é simplesmente uma centenária língua regional portuguesa, não nacional. Sendo ainda falada por uma minoria de habitantes de uma zona trasmontana contígua a Espanha, - onde se falam outras análogas - a denominação adequada seria dialecto. O mesmo se dirá de outras línguas faladas por povos das ex-colónias de Portugal, como em Angola são, por exemplo, os Ganguela, Nhandeka-Humbe, Ambó ou Herero, já nem



gosto e proveito (aqui escreveu e publicou livros), porque não sentia Portugal como ubi bene, ibi pátria, nem a língua que falava como Fernando Pessoa: a minha pátria é a língua portuguesa. Apesar de ter dois bilhetes de identidade, um angolano e outro português (julgo eu), para ele, como declarou numa entrevista, em 2002, a identidade tem mais a ver com o percurso do que com o lugar onde se nasce. E recentemente, noutra entrevista em que lhe perguntaram como era e onde gostaria de morrer, respondeu: Quem eu sou não ocupa muitas palavras: angolano ou ninguém, quase sem raça. Morrer, em Benguela ou Olinda.

Para concluir: como escritor heterodoxo, umas vezes irónico e iconoclasta, outras impressionado pelas personagens e cenários que cria, ele suscita, pelo menos, curiosidade. Navegador, agora estacionado em Moçambique, assenta-lhe bem este verso de quem foi também emigrante no Brasil e viajante em África, Miguel Torga, mas para glorificar Fernão de Magalhães (que morreu em viagem): Ter um destino/é não caber no berço/onde o corpo nasceu/ é transpor as fronteiras/uma a uma/e morrer sem nenhuma. O que não anula o sentido de pertença, por nascimento, afecto e memória, que Torga tinha do ser que era.

Ora, não se confunda um viajan-



te com um apatriota, pois uma interrogação persistiria: é possível a um ser terrígeno, como é o homem, no pleno uso das suas faculdades mentais, existir sem ligações às raízes, sejam elas respeitáveis ou não?

Um ditado angolano assevera: as raízes seguram as árvores. E um botânico lembrará que, no reino das plantas, só as tillandsias não precisam de solo: epífitas, crescem sobre outras plantas ou árvores, absorvendo seus nutrientes e a humidade do ar; litófitas, crescem até em rochas e no deserto, desde que tenham como vizinhos outros vegetais que lhes forneçam nutrientes. Mas a polinização, que lhes permitirá continuar como espécie, só será possível recebendo o pólen de outras espécies irmãs, dado que nenhuma se autofecunda.

(Publicado no quinzenário do Porto, "As Artes entre as Letras", de 17 de Julho de 2019)

Nos Colóquios da Lusofonia não há culturas superiores, todas são iguais



A Lusofonia é uma capela sistina inacabada; é comer vatapá e goiabada, um pastel de bacalhau ou cachupa, regados com a timorense tuaka ao ritmo do samba ou marrabenta; voltar a Goa com Paulo Varela Gomes, andar descalço no Bilene com as Vozes anoitecidas de Mia Couto, rever os musseques da Luuanda com Luandino Vieira, curtir a morabeza cabo-verdiana ao som De boca a barlavento de Corsino Fontes, ouvir patuá no Teatro D. Pedro IV na obra de Henrique de Senna-Fernandes, e na poesia de Camilo Pessanha; saborear a bebinca timorense em plena Areia Branca ao som das palavras de Francisco Borja da Costa e Fernando Sylvan, atravessar a açoriana Atlântida com mil e um autores telúricos, reencontrar em Salvador da Bahia a ginga africana, os sabores do mufete de especiarias da Amazônia, aprender candomblé e venerar Iemanjá, visitar as igrejas e casas coloridas de Ouro Preto, Olinda, Mariana, Paraty, Diamantina, e sentir algo que não se explica em Malaca, nos burghers do Sri Lanka, em Korlai ou no bairro dos Tugus em Jacarta.

É esta a nossa lusofonia (Chrys Chrystello Abril 2019)

HISTORIAL

Aqui se traça em linhas gerais o já longo percurso da AICL. Um exemplo da sociedade civil num projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais. Em 2001, os Colóquios brotaram do intuito do nosso primeiro patrono JOSÉ AUGUSTO SEABRA de criar uma Cidadania da Língua, proposta radicalmente inovadora num país tradicionalista e avesso a mudanças. Queríamos que todos se irmassem na Língua que nos une. Tínhamos gerido o seu projeto ALFE desde 1997 e quisemos torná-lo universal. Pretendíamos catapultar a Língua para a ribalta, numa frente comum, na realidade multilingue e multicultural das comunidades que a usam. A nossa noção de LUSOFONIA abarca os que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade.

Gostaria de parafrasear Martin Luther King, 28 Agosto 1963, "I had a dream..." para explicar como nascidos em 2001 já realizámos trinta e dois Colóquios da Lusofonia (dois ao ano desde 2006 quando passamos a incluir a divulgação da açorianidade li-

terária) numa demonstração de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo.

Cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Os colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos - as de longa data se tratasse, partilham ideias, projetos, criam sinergias, todos irmanados do ideal de "sociedade civil" capaz e atuante, para - juntos - atingirem o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, que nos tem permitido avançar com ambiciosos projetos. Somos um vírus altamente contagioso fora do alcance das farmacêuticas.

Desde a primeira edição abolimos os axiônimos, ou títulos apensos aos nomes, esse sistema nobiliárquico português de castas que distingue as pessoas sem ser por mérito. Tentamos que todos sejam iguais dentro da nossa associação e queremos que todas contribuam, na medida das suas possibilidades, para os nossos projetos e sonhos...

A nossa filosofia tem permitido desenvolver projetos onde não se reclama a autoria, mas a partilha do conhecimento. Sabe-se como isso é anátema nos corredores bafientos e nalgumas instituições educacionais (universidades, politécnicos e liceus para usar a velha designação), e daí termos tido o 21º Colóquio na esplanada de uma praia...

Em 2010 passamos a associação cultural e científica sem fins lucrativos e, em dezembro de 2015 passamos a ser uma entidade cultural de utilidade pública.

Desconheço quando, como ou porquê se usou o termo lusofonia pela primeira vez, mas quando cheguei da Austrália (a Portugal) fui desafiado pelo meu saudoso mentor, José Augusto Seabra, a desenvolver o seu projeto de Lusofalantes na Europa e no Mundo e aí nasceram os Colóquios da Lusofonia. Desde então, temos definido a nossa versão de Lusofonia como foi expresso ao longo destes últimos anos, em cada Colóquio.

Se aceitarmos todas as variantes de Português sem as discriminarmos ou menosprezarmos, o Português poderá ser com o Inglês uma língua universal colorida por milhentos matizes da Austrália aos Estados Unidos, dos Açores às Bermudas, à Índia e a Timor. O Inglês para ser língua universal continuou unido com todas as suas variantes.

Esta visão é das mais abrangentes possíveis, e visa incluir todos numa Lusofonia que não tem de ser Lusofilia nem Lusografia e muito menos a Lusofolia que, por vezes, parece emanar da CPLP e outras entidades. Ao aceitarem esta nossa visão muitas pontes se têm construído onde hoje só existem abismos, má vontade e falsos cognatos. Felizmente, temos encontrado pessoas capazes de operarem as mudanças.

Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, hoje, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro (Academia das Ciências de Lisboa), Evanildo Bechara (Academia Brasileira de Letras) e a Academia Galega da Língua Portuguesa. Depois, acrescentamos como sócios honorários e patronos Dom Ximenes Belo em 2015 e em 2016 José Ramos Horta (os lusofalantes do Prémio Nobel da Paz 1996), a que se juntaram (em 2016) Vera Duarte da Academia Cabo-Verdiana de Letras e a Academia de Letras de Brasília. Aguardamos desde 2017 a prometida adesão da Academia Angolana a este projeto. O espaço dos Colóquios da Lusofonia é um espaço privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos por mais díspares ou antagónicos que possam aparentar. É esta a Lusofonia que defendemos como a única que permitirá que a Língua Portuguesa sobreviva nos próximos duzentos anos sem se fragmentar em pequenos e novos idiomas e variantes que, isoladamente pouco ou nenhum relevo terão.

(J. CHRYS CHRYSTELLO é o Presidente da Direção da AICL, www.lusofonias.net)





Salas Neto apresenta "As Kassumunas do Bairro Indígena"

"As Kassumunas do Bairro Indígena (Ensaio para uma Autobiografia Avulsa)" é a nova colectânea de crónicas do jornalista Salas Neto, apresentada sexta-feira, 2 de Agosto, na Casa de Cultura Njinga Mbande, em Luanda.

Com 117 páginas e prefácio do também jornalista Luís Fernando, o livro contém 25 crónicas que narram histórias vivenciadas ao longo do tempo pelo autor, bem como há cerca de quatro anos que se tornou invisual.

Em declarações à imprensa, Salas Neto precisou que depois de ter ficado invisual, teve duas opções: desistir da vida ou a superação, tendo encontrado na continuidade da escrita a força para continuar a viver.

Com o apoio que ganhou de um amigo, para dominar o "braile electrónico", que lhe permite ler e escrever no computador, afirmou que vai continuar a publicar as suas obras, estando a próxima prevista para o decurso do presente ano.

Das 25 crónicas, quatro já foram publicadas em jornais e as restantes na sua página do Facebook, onde interage com os seus seguidores.

Aventura literária

Quinze anos depois da primeira aventura literária, como ele próprio define a sua estreia no universo das letras angolanas, com a obra Kafuka-Fuka, Crónicas do Areal, Salas Neto recria as vivências do seu e nosso quotidiano protagonizadas essencialmente pelo signatário, daí que se tenha arvorado a considerar o conjunto da obra como um «ensaio para uma autobiografia avulsa». As crónicas, que tratam dos mais diversos assuntos, estão distribuídas em 120 páginas, enriquecidas com ilustrações do «cartonista» Abraão Ebo, por sugestão do editor.

O lançamento a 2 de Agosto insere-se nas celebrações do dia do Bairro Nelito Soares, sucedâneo em grande medida do que foi o emblemático «Bairro Indígena», no qual Salas Neto se inspirou para intitular o seu novo livro.

Na nota introdutória, Salas Neto, que acabou por ficar invisual desde 2015 devido a um glaucoma severo, sublinha o quão custosa foi a elaboração da obra em razão disso mesmo, o que lhe atribui um valor sentimental inestimável para si. Depois de falar sobre os sacrifícios que consentiu nessa sua empreitada, garante: «Eu fiz até o impossível para tentar vos apresentar

algo de jeito. Oxalá tenha conseguido».

Já o jornalista e escritor Luís Fernando, que se assume como «padrinho literário» de Salas Neto, considera no prefácio que «As Kassumunas do Bairro Indígena», como produto livre, não podem ser uma proposta que se receba na doce quietude das dezenas de outros livros que enchem anualmente os auditórios que resistem ao abandono e ao empobrecimento quase trágico das casas consagradas às Letras e suas periferias.

«Porque é um livro que carrega a aura guerreira e a irredutibilidade de um homem que despreza o miserabilismo e aceita como único caminho o da luta, o da coragem, o do enfrentamento sem medos de todas as adversidades, mesmo quando estas investem sob a forma cruel de uma devastadora patologia limitadora», argumenta Luís Fernando.

Salas Neto, 59 anos, um caluanda de origem malanjina, nasceu no Sambizanga, mas vive no Bairro Indígena desde 1963. Jornalista há mais de 30 e tais anos, é conhecido sobretudo pelas crónicas que produz, agora essencialmente no facebook, depois de as ter espalhado desde 1987 por diversas

publicações, incluindo estrangeiras. Neste momento, tem um terceiro livro já pronto para edição, constituído pelas saborosas «cartas ao seu filho Liel», o jornalista Gabriel Veloso.



Meu amor da rádio 11

SALAS NETO

Desde que fiquei kunanga, passei a gastar boa parte do meu tempo a ouvir rádio. E a que mais oiço é a Rádio Luanda. Tenho até na marquise uma aparelhagem sintonizada permanentemente nos 99.9, embora eu me passeie pelas mais variadas estações ao telefone, especialmente de manhã. Entre os jornalistas ou apresentadores de todas elas, a Ana Moçambique é a que mais me buca: a voz dela e aquele seu jeito bonacheirão de estar me escangalham completamente.

No entanto, gosto mais dela a apresentar programas ou espaços soltos, como o "Conversas de Salão" e o "Compasso Luandense", do que a ler noticiários, ainda que ela queira apostar todas as fichas neste "número", como fiquei a saber mais tarde dela própria. Aliás, acho mesmo que ela devia optar por uma das especialidades, para não ser acusada de "aparecedora", tal e

qual se dizia do meu amigo António de Sousa, que gostava bué de se enfeitar a invadir a Rádio 5, quando o seu posto era no canal A.

Falando em desporto, aproveitei para felicitar o meu vizinho Shéu Cahalo, pela sua retumbante Vitória Pre-



sidencial nas eleições para a chefia do grupo desportivo da RNA, que tinham acabado de ser disputadas quando esgalhava esta crónica. No entanto, houve aí uma injustiça. Quem leva uma sova tão brutal, como a que o meu amigo Estanislau Garcia apanhara, merecia um bom castigo pela sua teimosia e não uma promoção. Como aconteceu, ao elevarem-no ao posto de vice-presidente, "que na qual" tivesse que ser acomodado politicamente, no quadro de um governo de unidade e reconciliação nacional. Ou seja, nem para responsável dos assuntos dos apanha bolas ele devia ser indicado (esta é para rir) numa direcção que parece ter mais gente que a do 1º de Agosto.

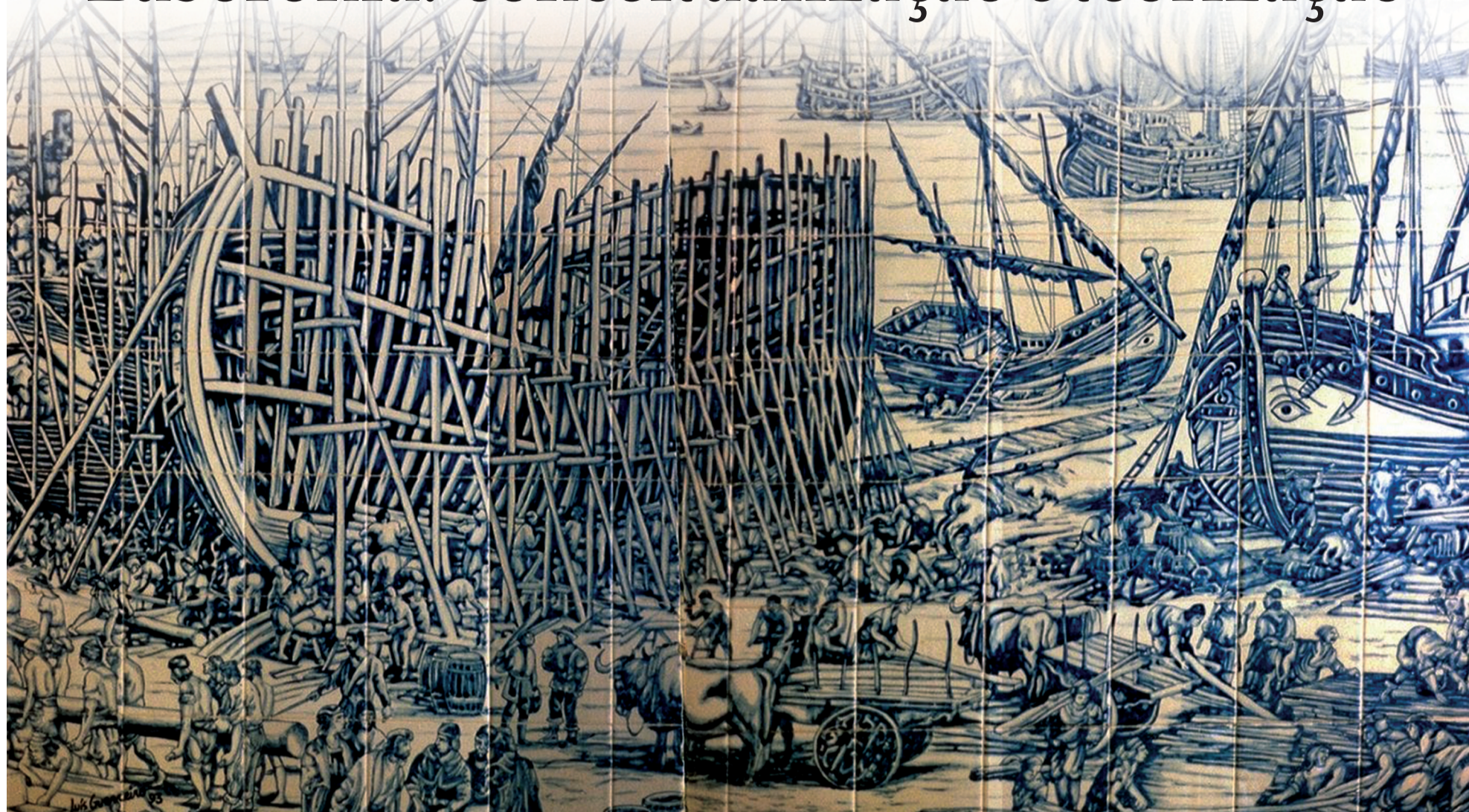
Ora, como dizia, o engraçado é que então não conhecia a Ana Moçambique nem mais azul nem mais amarela. Nem sabia se tinha boa estrutura ou era mbora toda xoêta, queiram desculpar-me por este atrevimento comparativo, ainda que todo ele inocente, uma vez que já saíra de moda nestas coisas sexuais, "através" de uma doença que me feitiçaram no Charles Buá ou quê lá.

Num dia Num dia desses, o meu

amigo Jorge Madeira convidou-me para participar num programa dele. Como eu não tinha carro, ele mandou um motorista da estação apanhar-me. No caminho, perguntei-lhe: «O mano conhece a jornalista Ana Moçambique?». E ele: «Não sei quem é». Confesso que fiquei algo embaraçado. E eu a pensar que na Rádio Nacional era já tipo quem não lhe conhecesse não conhecia Angola. Das duas, uma: ou o Nduta era um muzangala bem distraído lá no serviço ou eu é que estava a ser extremista nesse meu fanatismo platónico de meia-idade. Nesse dia, a minha curiosidade não seria satisfeita: a moça esteve sumida da rádio durante o tempo todo que fiquei por lá, no programa do semi-ancião.

Conheceria a Ana Moçambique apenas em finais de 2017, quando ela me convidou para participar num «Conversa de Salão», eu todo bangoso no meio de bué de garinas, Aidas não sei quantos, Florindas Mirandas e quê, num sacho sobre redes sociais e tutti fruti. Como nos demos encontro quando eu já estava mesmo mal da visão, não mais consegui constatar se ela é xoêta ou não. Altamente!

Lusofonia: conceitualização e teorização



JOÃO NGOLA
TRINDADE

No seu artigo intitulado Lusofonia: Uma Mera Conceção Doutrinária, publicado no *Jornal de Angola* a 17.07.2019, em resposta ao texto de José Luís Mendonça, Filipe Zau afirma que o conceito de lusofonia "parece ter surgido apenas no período pós-colonial".

O termo "parece" denota incerteza quanto à data da criação do termo lusofonia. Contudo, a hipótese avançada é sustentada com a omissão da palavra lusofonia na Declaração Constitutiva da CPLP datada de 16 de Julho de 1996 e no *Dicionário Prático Ilustrado* (1977).

Segundo Filipe Zau, o *Dicionário Prático Ilustrado*, ou se quisermos ainda o *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, não faz referência alguma ao "luso" como o 'nome do suposto fundador da raça lusitânica', muito menos como "sinónimo de Português, de 'lusíada' e de 'lusitano'".

Noutra reflexão publicada no *Jornal de Angola* (24.07.2019), o estudioso digno de todo o respeito e consideração pela qualidade da sua produção científica - argumenta que o conceito de lusofonia "é recente", no entanto, não apresenta a data da sua criação.

Alfredo Margarido, conhecido es-

pecialista em Literaturas Africanas, afirma no seu último ensaio, *A Lusofonia e os Lusófonos. Novos Mitos Portugueses* (2000:12), que o conceito foi criado "após 1974" como réplica à Francofonia e, pensamos nós, à Commonwealth.

Conforme podemos ver, os argumentos expostos pelos dois académicos convergem no sentido de que o conceito foi criado recentemente. Mas, será que a omissão deste conceito do *Dicionário Prático Ilustrado* é motivo suficiente para que se possa afirmar que ele surgiu no período pós-colonial? Ou terá surgido na fase de transição do colonialismo para a independência (1974-1975) dos territórios que estavam sob domínio português? Será a lusofonia um conceito aplicável aos mucabais e aos membros de outras comunidades etno-linguísticas africanas que usam os seus respectivos códigos linguísticos e observam um conjunto de práticas seculares?

Interessa-nos aqui reflectir em torno da problemática apresentada. Para o efeito, faremos intervir no debate um estudioso português (Alfredo Margarido), um académico angolano (Mário António) e um escritor angolano (Viriato da Cruz).

Portugalidade e lusofonia

Partindo do princípio de que a identidade constrói-se numa relação de conflito, na diferença, no distanciamento e na afirmação do sujeito (individual e colectivo), considera-se a Portugalidade um quadro de referências à idiosincrasia, à singularidade

dos portugueses, as suas qualidades, os elementos que os diferenciam dos outros povos.

É dentro da perspectiva histórica que Alfredo Margarido (2000:12) define a Portugalidade como "o resultado de uma oposição constante aos espanhóis - entendendo-se por esta expressão todas as nacionalidades colocadas sob a dependência do governo central dominado pelos castelhanos". O conceito possui uma dimensão histórica.

Quanto a lusofonia, importa referir que a expansão da cultura portuguesa, cujo expoente máximo é a língua portuguesa, resultaria no alargamento das fronteiras geoculturais de Portugal em cujo interior apenas teria expressão a cultura lusófona, isto é, uma identidade.

A concretização deste objectivo implica (va) a rejeição e/ou a destruição das identidades que pudessem existir nos territórios ocupados pelo portador da "civilização" que no período pós-colonial se tornaria irmão do "incivilizado", o ex-colonizado.

Ora, a irmandade pressupõe que vários filhos tenham sido gerados pela mesma "mãe" e que eles tenham sido alimentados com o mesmo caldo cultural.

Como "irmãos", todos possuem direitos iguais. Contudo, a primogenitura traduz-se no paternalismo e no exercício da autoridade sobre os outros "irmãos". Será este o propósito da formação da (s) comunidade (s) lusófona (s)?

O Espaço Linguístico Português

O autor pretendia neste ensaio comentar a situação linguística que se verifi-

cava em Moçambique e em Angola, à época duas províncias portuguesas, decorrente da massificação do ensino e conseqüentemente da difusão da língua português nas zonas rurais.

Vejam os que diz o académico neste ensaio: "importa-nos fazer alguns comentários sobre a situação da lusofonia nas duas províncias da metade meridional do continente, à luz dos quais mais patente ficará a imagem que queremos transmitir, de que um salto qualitativo está eminente no seu destino".

Tendo em conta a data da publicação do artigo do estudioso angolano (1973), escusado será afirmar o que já é previsível. Ou seja, que no período colonial o conceito já tinha sido usado.

Com a eclosão da luta pela libertação de Angola e de Moçambique, generalizou-se o ensino e em consequência deste facto registou-se o aumento do número de falantes da língua portuguesa.

Através da leitura de Moçambique pelo seu povo (p.99), Mário António (1997:392) vislumbrava o "gosto" pela língua portuguesa evidenciado pelos moçambicanos que através desta língua tinham acesso ao ensino nas zonas rurais; noutra episódio, um dos personagens da narrativa citada adverte o seu amigo de que o encarregado, seu patrão, "não gosta de que seja chamado por esse de encarregado e que quer que toda a gente lhe chamão por senhor engenheiro".

Se, de um lado, não dispomos de informação para afirmar com certeza de que Mário António foi o criador do conceito em causa, do outro lado, o ensaísta angolano refere-se ao "Espaço

Português" historicamente resultante da expansão marítima portuguesa e da difusão da língua portuguesa em África, no Brasil e na Ásia (Macau, Timor, Goa).

O conceito encerra a narrativa colonial e pós-colonial sobre o passado, o presente e o futuro das relações de domínio e submissão estabelecidas (e por estabelecer) entre a antiga metrópole e as ex-colónias e o exercício da soberania (apenas no campo cultural?) da metrópole sobre o "espaço" que seria assegurado pela difusão da língua portuguesa.

A "lusografia" responde à questão colocada por Mário António na medida em que o conceito aplica-se à minoria letrada que instrumentaliza a escrita para os mais diversos fins.

É importante referir que a língua portuguesa foi o meio de comunicação (oral e escrita) usado pelas elites africanas (como o soberano do Congo) nos primeiros contactos estabelecidos com os Portugueses, entre estes os Africanos que intermediavam as relações comerciais estabelecidas com os Europeus. Outro factor que não pode ser esquecido é a utilização do português na formação de clérigos africanos.

No que respeita ao desenvolvimento das Literaturas Africanas, Mário António (1973:392) e José Carlos Venâncio (2006:259-260) sustentam que a sua efectivação implica o uso da língua portuguesa por esta permitir a comunicação com um auditório mais vasto dentro e fora do seu País (Kandjimbo 1997:185).

Quanto a aplicação do conceito de lusofonia, Mário António afirma que "se de tudo [isto] resulta uma imagem da difusão da língua portuguesa ao nível das elites, não são algumas palavras de origem portuguesa que quase todas as línguas da África Negra apresentam, indicativas de que alguma vez a lusofonia fosse atributo de populações africanas, em extensão e profundidade."

Se considerarmos que o conceito e o significado de lusofonia são desconhecidos em certos círculos universitários, podemos certamente afirmar que os mucubais e outros povos africanos que vivem em Angola desconhecem a existência da "comunidade lusófona" e não se identificam com ela.

Um projecto de longa duração?

Uma das consequências decorrentes do ensino colonial diz respeito a subalternização das línguas africanas e ao actual desinteresse pela aprendizagem das mesmas evidenciado pelos alunos inseridos no ensino primário que contempla, além do português, o ensino do inglês (em alguns colégios) e exclui a aprendizagem das línguas nacionais. Esta afirmação é baseada na experiência que temos como encarregados de educação.

Trata-se de uma situação derivada da política colonial assente na difusão da cultura colonial portuguesa por via da língua portuguesa que, segundo Viriato da Cruz (1959:378), instrumentalizaria as línguas africanas.



Acresce-se a este facto a frequência do ensino universitário na Europa e a obrigação de os africanos adquirirem "formas de expressão europeias".

A problemática do ensino em línguas europeias, supostamente as únicas capazes de viabilizar o acesso ao conhecimento científico, suscita acesos debates no campo académico, tendo o historiador Cheikh Anta Diop refutado tal ideia com a tradução da Teoria da Relatividade para o wolof.

Outro facto que não pode ser subestimado é a elaboração (ainda no período colonial) de gramáticas de línguas africanas como o kikongo, kimbundo e umbundo para os mais diversos fins (veja-se o caso de Héli Chatelain, Cordeiro da Mata, entre outros), na medida em que se acredita (va) que o desenvolvimento de Angola estaria inseparável das línguas nacionais e não apenas do português. Entre a CPLP e os PALOP

Ao analisar as perspectivas do desenvolvimento político de África, espelhadas num relatório de Junho de 1958, Viriato da Cruz (1959:380) afirmava que a manutenção das relações privilegiadas entre as antigas metrópoles e as ex-colónias fora caucionada por certos líderes africanos que, guiados pelo espírito colonial, e por força do compromisso assumido com os "antigos mestres", dificultariam a unidade (hoje união) africana.

Segundo Viriato (1959:380), alguns dirigentes africanos mostravam-se favoráveis a manutenção das relações com as antigas metrópoles no quadro de uma União Confederal. Contudo, assinala Viriato da Cruz, os apologistas das relações estratégicas com as antigas potências coloniais não explicavam como este projecto seria desenvolvido no quadro das relações interafricanas.

Com efeito, o enxerto da cultura colonial condicionava (e ainda hoje condiciona) o pensamento de políticos e académicos africanos. Tomando de



"Não existe um país africano que não mantenha relações privilegiadas com a sua antiga potência colonial"

||

empréstimo as palavras de Agostinho Neto (1974:16), "não existe um país africano que não mantenha relações privilegiadas com a sua antiga potência colonial até pela absorção dos valores culturais que ocorre num regime de tipo colonial".

Será este o motivo pelo qual reiteradas vezes o discurso político esteja focado na "comunidade dos afectos" e para que os Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) reforcem os laços com a antiga metrópole?

Na perspectiva de Viriato da Cruz (1959), as relações interafricanas, particularmente entre os PALOP, seriam mais vantajosas e sedimentadas do que as relações estabelecidas entre estes países e a antiga metrópole em razão, entre outras, da partilha do substracto cultural bantu.

A situação linguística nas ex-colónias portuguesas é caracterizada pela coabitação entre o português e os idiomas dos povos africanos e pela presença de elementos linguísticos africanos na língua oficial e vice-versa.

Neste sentido, devem ser criados mecanismos com vista a salvaguarda das especificidades da língua portuguesa falada em cada um dos países que adoptou-a como língua oficial.

Referências Bibliográficas

ANTÓNIO, Mário, 1973, «O Português em África: Língua de Elites ou Língua de Massas?». In: Reler África. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1990, pp.189-392;

_____, 1967, «Situação da Literatura no Espaço Português». In: Reler África. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1990, pp. 425-442.

DA CRUZ, Viriato, 1959, «O Intelectual Negro e as Suas Responsabilidades». In: ROCHA, Edmundo, SOARES, Francisco, FERNANDES, Moisés, (Coord.), Angola – Viriato da Cruz, O Homem e o Mito. Lisboa, Prefácio de Fernando Mourão. Luanda: Chá de Caxinde, 2008, pp.373-385.

KANDJIMBO, Luís, «O Síndrome Lusitano». In: Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica. Luanda: 1ª edição, INALD, 1997, pp.183-185;

_____, «A Ordem Cultural nas Relações Internacionais Africanas». In: Apologia de Kalitangi. Ensaio e Crítica. Luanda: 1ª edição, INALD, 1997, pp.223-226.

MENDONÇA, José Luís, Lusofonia: Um Conceito Operativo. In: Jornal de Angola, 16.07.2019.

NETO, António Agostinho, Sobre a Luta de Libertação Nacional. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2009.

VENÂNCIO, José Carlos, «As Literaturas Africanas Estão a Ultrapassar os Limites do Mundo Académico». In: CRISTÓVÃO, Aguiar, Conversas Com Quem Falar II. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1ª edição, 2006, pp.-251-260.

ZAU, Filipe, "A Palavra 'Lusofonia' e os Conceitos que Utilizamos no Nosso Quotidiano". In: Jornal de Angola, 28.08.2011.

_____, Lusofonia: Uma Mera Concepção Doutrinária. In: Jornal de Angola, 17 e 20 de Julho de 2019.

_____, Lusofonia: Uma Concepção Meramente Ideológica. In: Jornal de Angola, 24.07.2019.



Entre tormentas e esplendores, eis a arte contemporânea angolana

LUAMBA Muinga

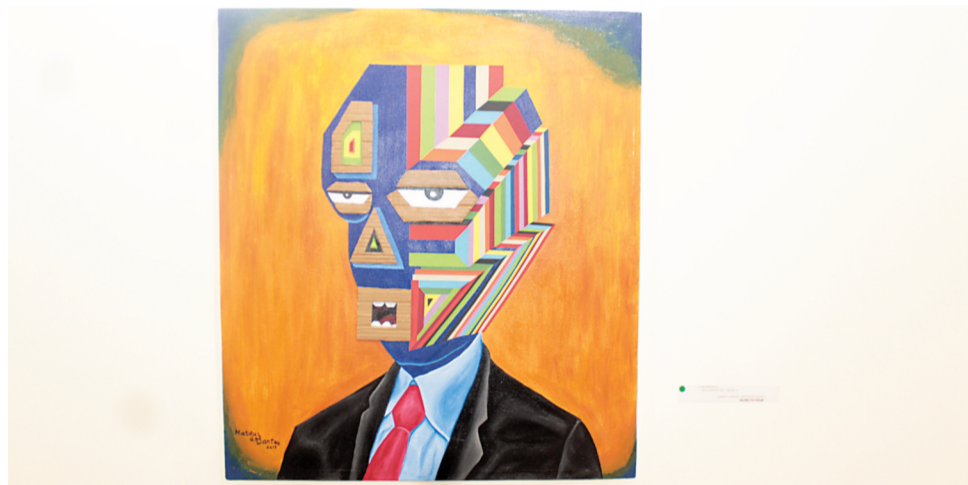
No mês de Junho a arte contemporânea angolana mostrou-se vigorosa pelas exposições que se pôde observar. Vários artistas dominaram a agenda em acontecimentos distintos, da abertura de um showrrom à exposição de uma das maiores colecções privadas do país.

Começamos por esta última, que teve lugar na galeria do Memorial Dr. António Agostinho Neto (MAAN). A exposição Esplendor e tormento na arte angolana contemporânea (1999-2019) trouxe a público colecção de Nuno de Lima Pimentel que, entre vários, é dos mais destacados colecionadores particular no actual contexto artístico nacional.

A exibição reúne um conjunto de obras em pintura, escultura, fotografia, serigrafia. Assume relevância no panorama nacional porque lhe está inerente um acompanhamento conjuntural da história quer da arte quer da sociedade angolana nos últimos tempos. Embora a exposição centra em um período tão perto, que são estas duas décadas, alguns dos seus artistas e obras datam períodos anteriores. Seria de dizer que ela imprime as realidades sociais e políticas das épocas retratadas.

Embora estejamos apenas a meio do ano, não há dúvidas em afirmar que a mostra colectiva “Untitled2”, apresentada no dia 20 de junho na Galeria do Banco Económico, é um dos mais importantes acontecimentos deste ano na arte nacional. A mostra traz um conceito e propostas artísticas interessantes, e suficientes para se avaliar as novas dinâmicas na produção nacional. São 50 artistas e mais de cem obras, diversas linguagens, que irão expor num sistema de rotatividade, cuja segunda apresentação fica para o primeiro dia de agosto.

Algumas obras que espelham o esplendor dessa mostra, entre várias outras igualmente interessantes, estão as máscaras do jovem artista Luís Damião, feitas em molde e apresentando uma abordagem diferente da figuração das máscaras na arte nacio-



nal. E os exemplos circundam em novas propostas estéticas, assim como numa interessante exploração temática, como são os casos da religião, com Armando Scoot revertendo o símbolo do cristianismo, trazendo-nos um Cristo negro na sua obra Ele Virá. E também o caso da exaltação do quotidiano luandense como o caso das obras de José Girão (Zunga, Graxa e Carnava), que contrasta com a obra da artista Pemba, que realça o equilíbrio do ser e do estar.

A política não fica de fora; Evan Claver com o seu trabalho Então estão a gostar? remete-nos à retórica recente, que circunda a administração do actual presidente, do qual o povo assentou os seus resquícios de esperança, e que agora, num jogo de “contra-retórica” nos estaria a fazer a mesma pergunta com que ficou confrontado na sua primeira colectiva aos jornalistas angolanos.

E é interessante ver como a mostra lida muito bem quer com artistas estabelecidos como emergentes, tornando essa linha muito ténue no que diz respeito à qualidade. Veja-se por exemplo que vários destes novos artistas apresentam-se pela primeira vez, são alguns os primeiros finalistas em artes plásticas do Instituto Superior de Artes – ISART.

A cena artística teve mais espaço para uma exposição colectiva, chama-se Flowers in my garden/To see na elephantis to travel, que é em facto dupla exposição das artistas Lauretta Geraldo e Beatriz Geraldo, respectivamente. A exposição é uma manifestação dos conflitos

entre os “reconfortos” do gênero feminino e a amplificação das reivindicações (e aqui não restritas ao feminino) sejam políticas ou sociais. Isto sucede pelo trabalho com elementos visuais que reconfortam o espectador, mas que aparecem em contraste com declarações que, de tão apolíticas e pessoais que são, transformam-se em reflexões políticas e de identificação colectiva.

Já no quesito das exposições individuais, abriram as portas ao público os artistas Pedro Pires, com a exposição pH7 Interfaces \ Corpo e Arquitetura, onde questiona o “privado e público” e da “pele e estrutura” através da arquitetura dos gradeamentos da cidade de Luanda herdado da lógica da estratificação. Edson Chagas apresentou Oikonomos, uma colecção de fotografia já com percurso internacional, onde, nas palavras da curadora Ana Balona de Oliveira, reflecte “inescapabilidade global do capitalismo nas suas múltiplas formas [...] e das suas promessas de uma felicidade sustentada pela acumulação de riqueza, pelo consumo e pela concomitante mercantilização do espaço, do tempo, dos corpos e dos afectos”.

Seguiu-se nas apresentações individuais a artista Iriz Chocolate com a exposição Okufeti(ka), onde ao retornar ao Mito Féti, traz à reflexão os constantes diálogos do presente com os sujeitos e objectos do passado. E não é em vão que se faz esta alusão, a exposição traz consigo um trabalho curatorial interessante e, arriscamo-nos em dizer, inovador pela sua capacidade exploratória deste mito e dos seus

pesquisadores.

Pondo fim às exposições, Mateus dos Santos apresentou Caminhos a seguir pela Galeria Tamar Golan.

A nível de residências tivemos aparições importantes. Uma é de Evans Mbungua, artista queniano baseado na França, que mostrou novos projectos trabalhos em Luanda no âmbito da residência artística da Angola AIR (Artist-In-Residence). O Seu trabalho Lipsdont lie (Lábios não mentem) centra-se no dialogo enquanto plataforma para a democracia. E apresenta-se com uma forte presença visual.

Outro artista em residência é o brasileiro NO Martins cujo trabalho centra-se na escravatura. Transpõe essa temática nas linguagens da pintura e vídeo arte. Na pintura, o trabalho reposiciona o valor do negro substituindo corpos bancos por escravos nas moedas oficiais.

No mesmo mês vimos terminar na Galeria do Banco Económico a exposição António Olé – 50 anos, passado, presente e futuro, que reuniu quarenta obras deste importante artista, em pintura, colagem, desenho, instalação, fotografia e cinema.

Se nos atermos ao título proposto, no que diz respeito ao esplendor da arte angolana está dado nos parágrafos anteriores, pois que, de tormentos são em sua maioria os de natureza estruturais do próprio sistema de arte para a constituição de um mercado sustentável.

DADOS SOBRE AS EXPOSIÇÕES

Esplendor e tormento na arte angolana contemporânea (1999-2019)

Colecção de Nuno Pimentel

Memorial Dr. António Agostinho Neto
20 de junho até UNTITLED – Show room de arte contemporânea

Produtora This Is Not A White Cube
Galeria do Banco Económico 26 de junho até 30 de agosto de 2019 (mudam as obras expostas no dia 01 de agosto)

Flowers in my garden/To see an elephant is to travel Lauretta Geraldo e Beatriz Geraldo Centro Cultural Português – Camões 21 de junho até pH7 Interfaces \ Corpo e Arquitetura Pedro Pires

Museu Nacional de História Natural (SIEXPO) 07 de junho até 20 de julho 2019

Oikonomos

Edson Chagas

Centro Cultural Português – Camões
18 de junho até 16 de julho de 19

Okufeti(ka)

Iriz Chocolate

Jahmek Contemporary Art

Até 10 de agosto de 2019

Caminhos a seguir

Mateus dos Santos

Galeria Tamar Golan

21 de junho até 21 de julho de 2019

Luamba Muinga é repórter de arte, especializado em artes visuais com incidência na crítica de arte. Pesquisa sobre políticas públicas para cultura. É co-fundador da revista electrónica de artes Palavra&Arte e actualmente coordena a Iniciativa Privada – Comunicação e Conteúdos, marca de criativa que concebe produtos comunicacionais e culturais.

O mito (persistente) da descolonização

GASPAR MICOLO

O escritor inglês George Orwell lembrou-nos justamente que a "a história é escrita pelos vencedores". Mas Portugal, antiga potência colonial, não venceu a guerra; antes, a Luta de Libertação dos Povos oprimidos obrigou o colonizador a render-se! Marc Ferro, um importante historiador francês da terceira geração dos Annales e antigo director da École des Hautes Études en Sciences Sociales, lembra na sua obra "História das Colonizações" que a solução daquilo que o colonizador chama de Guerra Colonial não era militar, mas sim política, aliás, facto reconhecido nas memórias dos militares. Tudo porque a guerra estava perdida do lado do colonizador.

Ainda assim, "o ex-colonizador tem dificuldade em despojar-se do ancestral e etnocêntrico complexo de superioridade, e que herda da relação colonial, tendendo a equacionar toda a sua reflexão sobre a descolonização colocando-se no centro do processo, como se a sua marcha tivesse dependido exclusivamente da sua vontade e dos seus interesses", como refere justamente Pedro de Pezarat Correia, oficial português reformado desde 1986, que fez seis comissões de serviço durante a guerra colonial, na Índia, em Moçambique, em Angola e na Guiné-Bissau, na sua tese de doutoramento, concluída em 2017, aos 85 anos, intitulada "Descolonização: do protonacionalismo ao pós-colonialismo". O referido trabalho agora em livro, que é lançado no dia 7, em Luanda, numa edição da editora Mayamba e que conta com um prefácio de Pepetela, é em grande parte fruto da tese e de algumas das ideias já expostas na longa bibliografia do autor, nomeadamente no livro "Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português", de 1992.

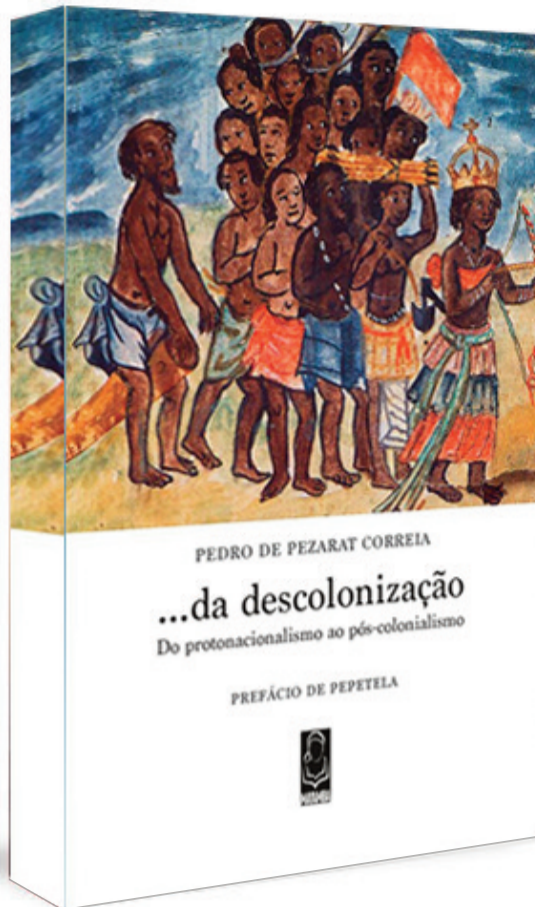
A Descolonização em África é um feito dos colonizados, que resulta de um longo processo de resistência permanente dos povos, e que Portugal apenas colabora devido ao 25 de Abril, é essa a tese do historiador Pedro de Pezarat Correia. E tem razão de o ser, pois há ainda quem interpreta a Independência como uma dádiva do dominador. E há um exemplo recente a prová-lo! Trata-se da historiadora portuguesa Maria de Fátima Bonifácio, a mesma que num artigo no jornal "Público" defendia que a discriminação positiva no acesso à universidade era justificada em relação às mulheres, mas não em relação aos negros e aos ciganos por estes não fazerem "parte de uma entidade civilizacional e cultural milenária que dá pelo nome de Cristandade". A justa e pronta indignação pública que se verificou foi merecida. Aliás, o argu-

mento de Mária Bonifácio, lamentável e com pressupostos falsos, foi recusado pelos próprios defensores. E isso provou mais uma vez que Cheikh Anta Diop tinha razão quando lembrava que "muitas vezes, aquilo que o Ocidente designa de universalidade da ciência, da história ou da filosofia indica apenas o sentido do seu próprio conforto de viver e de dominar". É ilusório pensar que a academia europeia mudou, embora possam existir raríssimas excepções. Por exemplo, o historiador Diogo Ramada Curto revelou recentemente, em entrevista ao "Negócios", que foi afastado da cadeira sobre a Escravatura, que ele próprio criou na Universidade de Lisboa. Ramada Curto não se encaixa nas "glórias" das "Descobertas". Antes, vê a necessidade de se abordar as tragédias dos encontros dos povos.

Ora, Mária de Fátima Bonifácio regressa com uma obra que revela os seus desabafos saudosistas. Em novo livro, um conjunto de 32 peças, entre ensaios e meros artigos de jornais, volta a atacar: defende que a descolonização foi feita de modo irresponsável, como se a mesma tivesse sido iniciativa de Portugal.

Numa crítica ao livro publicada na revista do Expresso (3 de Agosto), o jornalista Luís M. Faria embarga no mesmo equívoco, apesar de, justamente, criticar as falhas e "descuidos" no rigor científico em muitos textos, defendendo: "É difícil não concordar quando deplora irresponsabilidades no modo como foi feita a descolonização ou recentes humilhações impostas a Portugal por Angola (...)".

É para combater essa mentalidade preconceituosa que o livro de Pedro de Pezarat Correia serve e o seu lançamento em Luanda, depois de ter si-



Pezarat (livro)

do apresentando o ano passado em Portugal, é uma boa notícia. Ao longo do seu trabalho de mais de 700 páginas, Pedro Pezarat Correia, participante na movimentação militar que desembocou no 25 de Abril de 1974, e integrante do Conselho da Revolução, consegue interpretar justamente que Portugal entra no processo de descolonização, não inicia o processo de descolonização, embora a tendência que ainda exista seja a de considerar que a descolonização se seguiu à guerra colonial, ao 25 de Abril, à transferência do poder. O que considero um erro, já que a transferência do poder foi uma fase já muito avan-

çada do processo de descolonização.

O historiador cita obras como A "História de Angola", de Elias Alexandre da Silva Corrêa, crónica dos feitos dos 58 governadores que estiveram à frente da "conquista de Angola" até a publicação do livro em 1792; e o trabalho homónimo de René Pelissier, que faz o mesmo relato dos governadores entre 1879 e 1926, para mostrar como os actuais territórios que constituem Angola se transformaram desde muito cedo num "teatro de resistência sistemática e persistente dos seus povos", aliás, como sublinha o historiador francês, citado na obra, "nunca na África negra os povos combateram e se sublevaram com tal frequência e de maneira tão maciça para recusar a colonização europeia ou para a repelir".

Portanto, o colonizador coloniza, o colonizado descoloniza-se, obrigando aquele a render-se. Equívocos e mitos como os de Maria de Fátima Bonifácio e pares vão continuar. Precisamos de, nós os vencedores (como lembra George Orwell), continuar a escrever a nossa História. Uma História de luta desde os primeiros conflitos com o invasor. Resistência! E lembrar dignamente que podemos não ser herdeiros da cristandade, aliás umas das mais eficazes armas de dominação ideológica do colonizador, mas somos, isso sim, herdeiros dos dignos resistentes à invasão.



Pezarat (momento da defesa da tese)



Marcelo D'Saete desenha História da África na diáspora

Cenas de um filme nigeriano



“**A**ngola Janga” – ou a “pequena Angola” – é o nome de código do Quilombo dos Palmares, principal foco de resistência à escravidão no Brasil colonial. Formado em fins do século XVI, em Pernambuco, por sucessivas levas de foragidos dos engenhos de açúcar, Palmares constituiu, por mais de cem anos, um verdadeiro reino africano em terras brasileiras, resistindo às forças coloniais portuguesas e holandesas.

Para homenagear este importante capítulo da história dos povos africanos deslocados ao Novo Mundo, o Centro Cultural do Brasil em Angola (CCBA) organizou a exposição “Angola Janga” do ilustrador brasileiro Marcelo D’Saete, trazida para Angola pela Embaixada do Brasil e inserida no Projeto “Brasil em Quadrinhos”, idealizado pelo Ministério das Rela-

ções Exteriores em parceria com a Bienal de Quadrinhos de Curitiba. O projecto visa fomentar o gosto pela leitura e promover a literatura em língua portuguesa, utilizando-se da capacidade da Banda Desenhada de contar histórias relevantes de forma lúdica e facilmente compreensível por públicos de todas as idades.

A exposição “Angola Janga” é baseada no trabalho de banda desenhada também com o mesmo nome, que ganhou forma após onze anos de dedicação e profunda pesquisa histórica do cartoonista e professor Marcelo D’Saete, e que se tornou numa das obras mais aclamadas do autor, tendo sido agraciada, em 2018, com o prémio Jabuti, um dos mais relevantes do universo editorial brasileiro, na categoria “Histórias em Quadrinhos” (HQ) – deno-

minação da Banda Desenhada no Brasil – e com o troféu HQ Mix.

A produção de BD vive um momento de efervescência no Brasil, com o lançamento de uma multiplicidade de títulos, crescente peso no contexto da indústria criativa e contínuo reconhecimento internacional. Nesse sentido, “Angola Janga” e o projeto “Brasil em Quadrinhos” buscam também fomentar o intercâmbio entre artistas e apreciadores da “Nona Arte” do Brasil e de Angola.

A exibição está patente no CCBA de 28 de Junho a 11 de Agosto, e contou com a presença de Marcelo D’Saete – que esteve em Luanda, na segunda quinzena de julho, para uma série de oficinas, palestras e entrevistas.

Ganhador do Prêmio Eisner em 2018, o ‘Oscar’ dos quadrinhos, o autor das histórias em quadrinhos diz

que descobriu “a perspectiva negra da história brasileira e da actual sociedade brasileira” na adolescência, por meio do rap.

Com uma mãe que começou a trabalhar como empregada doméstica aos dez anos de idade, D’Saete foi o primeiro universitário de sua família. Para trazer à tona Angola Janga ele mergulhou durante 11 anos em arquivos, museus e livros, embora não seja historiador, mas graduado em Artes Plásticas. Sempre foi estudioso.

D’Saete relaciona o esquecimento institucional da história dos negros ao racismo estrutural do Brasil. Explica que os descendentes desses escravos continuam, em muitos casos, sem acesso à terra – estão na origem das favelas –, sem acesso efectivo à educação ... são tratados com um padrão diferente.

A perada do João Corcunda



FRANCISCO
NETO

No fim da tarde daquela quarta-feira de céu abrumado, quando o árbitro Hélder Martins levou o apito à boca, fazendo-o exercer a sua função pela última vez, na taberna do Irineu, de súbito, um verdadeiro estardalhaço nasceu. Gargalhadas e apupos domaram o espaço. Era o fim do jogo de futebol referente à meia-final da Taça de Angola que opusera o D'agosto contra o Petro de Luanda, com vitória de uma bola sem resposta do primeiro.

Os adeptos do D'agosto acharam-se com sorrisos largos nos rostos. As bocas eram verdadeiras portas de igrejas. Grande era a ledice que os comandava. O D'agosto estava à beira de uma dobradinha, pois a taça do GirabolaZap, da época finda, há três dias que estava anichada no Rio Seco, na sede do clube.

- Hoje, quero ver a cara do Cunha e a do kota Das Chaves, porque, no domingo, eles estavam com muita boca: vamos salvar a época com a Taça de Angola. Vamos salvar a época com a Taça de Angola!! - entre sorrisos, dizia o Zevares ao Kito.

- Ó Zevares, a esta hora, aquelas roupas do Petro devem estar a pesar muito mal no corpo do Cunha! - ripostou o Kito e os dois voltaram a gargalhar.

A cachinada que nasceu das duas bocas, de tão sonora, irritou o jovem Irineu, que era adepto do Petro de Luanda e estava assaz condoído pelo facto de o seu clube não ter conseguido salvar a época. Fenecida a cachinada, os dois amigos levaram as garrafas de cerveja que tinham nas mãos à boca. Era a vez de esta cumprir outra função.

- Pode encher a garrafa, Irineu. Hoje é dia de festa!! - ordenou o Kito

O Irineu, que decerto sabia que no negócio não existem paixões clu-bistas, fez-se solícito: sem delongas, à mão do Kito veio parar a garrafa cheia. Enquanto se preparava para o trago inicial, tudo se fez trevas e um agudo "wóóóó!!" ouviu-se no bairro todo. A luz eléctrica foi embora, permitindo-lhes notar que, afinal, o firmamento já havia cambiado os trajés. A noite reinava. Tudo escuro. No céu, a lua e as estrelas eram prófugas.



Desenho de Malangatana

- Como é, Irineu, não vais ligar o gerador?! - Zevares indagou.

- Não. Não tem combustível. Esqueci de comprar. - Irineu ripostou de chofre.

Kito e Zevares entreolharam-se espantados. No olhar, a indagação visível era: "hoje, dia de jogo grande, ficou sem gasolina no gerador?!". Seguidamente, encolheram os ombros, deixando-se estar táticos.

- Com luz ou sem luz no bairro, nada nos impedirá de esperar pelo Cunha e o kota Das Chaves. - Zevares correu com o silêncio.

O amigo, respondendo, disse queo importante era que a taberna estava com cervejas geladas, pois, por mais escura que estivesse a noite, jamais as suas mãos se perderiam no caminho para a boca. Abancaram. Com alegria no rosto, fruía das cervejas geladas e do sabor da vitória do D'agosto. Só o regalo... nas bocas, de quando em quando, nasciam gracejos sempre que passava um conhecido adepto do Petro de Luanda.

- As cervejas terminaram, meus irmãos. Vou fechar já! - O jovem Irineu anunciou num repente. Seu ros-

to estava fechado. Triste. Qual atacados pelas palavras do Irineu, pressurosos, os dois amigos olharam para o visor dos seus telemóveis.

O tempo não fora piedoso. Andara muito veloz. Eram vinte e duas horas e a rua já estava completamente deserta. Depois de o jovem Irineu recolher as cadeiras, Kito e Zevares saltaram para o outro lado da rua: pousaram as nádegas numa pedra que estava encostada à parede. Estavam testos a esperar os dois adeptos ferrenhos do Petro de Luanda. Tão logo se sentaram, um carro que passava permitiu-lhes ver dois vultos que vinham pelo lado esquerdo. Eram de um casal. Reconheceram que o homem era o kota João, era impossível não o reconhecer à primeira. Ele era o único corcunda da zona.

A mulher que com ele vinha era dona de um corpo majestoso. Vestia calças de ganga de cor preta, a blusa branca era curta e calçava sapatos de salto alto. Sobre a mão direita, a bolsa era da cor das calças. Suas ancas eram salientes. De seguida, os homens abancados na pedra prenderam o olhar atónico no corpaço da mulher. O

casal, que seguia taciturno, passou sem dar pela presença deles e entrou no quintal do kota João Corcunda.

- É a Panchola!!! - baixinho, em unísono, disseram os dois. Reconheceram a mulher, assim que se virara ao entrar. Se o macho era inconfundível por causa da sua corcunda, já ela era pela sua avantajada bunda. Sem igual.

Obnubilados pelo que acabavam de ver, os dois amigos ficaram com as cabeças às voltas. Um silêncio funesto veio fazer-lhes companhia. Nas cachimónias, cada um tentava juntar as peças. A Panchola vivia na rua de trás. Era, sem medo de errar, a mais linda e mais cobiçada cachopa do bairro. Atolados em divagações, sentiram o silêncio que os comandava a ser corrido. Quem o corria era o tilintar do "molho" de chaves que o kota Das Chaves tinha pendurado num dos guarda-cintos frontais das suas calças.

- Kota Das Chaves!! - o Kito chamou-o numa voz baixa.

Kota Das Chaves, tomado por repentino susto, cortou a azáfama que trazia nos pés. Quedou-se. O tilintar das suas chaves voltou a ceder o poder ao silêncio. Os dois amigos descolaram as nádegas da pedra. Abeiraram-se dele.

- Olha, nesta escuridão, não podem chamar assim um gajo. Querem me bondar do coração ou quê?! Eu já estou a andar cheio de medo. Nunca mais façam isso. - kota Das Chaves disse numa voz ofegante. Estava mesmo assustado.

- Desculpa lá, kota. É que não deu para ser de outra forma. O João Corcunda entrou na casa dele com a Panchola... - Kito falou, sempre num tom baixo.

- O quê?! O mulumbeiro?! Vocês viram bem, é mesmo a Panchola?! - kota Das Chaves, num repente, cambiou o susto pela pasmeira. Fez-se incrédulo de verdade.

- Ó kota, então não a conhecemos!!? É ela mesmo. - ripostou o Zevares, com certo aborrecimento na voz, mas conseguiu mantê-la num tom baixo.

Kota Das Chaves levou a mão direita à cabeça. Seguramente, na sua cachola, procurava também por respostas para aquele inusitado caso. Kota Das Chaves nunca reбуçara o seu grande desejo de um dia ter a linda Panchola nos seus braços. Razão que levou os dois amigos a esquecer o motivo que os mantinha na rua deserta e escura.

- Vamos sentar! - Zevares propôs.

Ao andar, pela lentidão, kota Das Chaves parecia que calçava sapatos de chumbo. Abancados, o silêncio avassalou-os de chofre. Enquanto o tempo passava por eles, kota Das Chaves não conseguia desprender os olhos cheios de pasmo do portão do João Corcunda. Seguramente, na

cabeça, invejava-o por ser o privilegiado em ter a boazuda da Panchola nos seus braços, naquela noite.

Cerca de uma hora e meia depois, viram o portão a ser aberto. O casal saiu a sorrir. Vendo-o, Kito e Zevares entreolharam-se. Nos olhos, o espanto crescera. É que João Corcunda saía de calções e de chinelas. A Panchola reduzira a sua altura: descera do alto em que a colocara os sapatos. Também estava de chinelas e sem a bolsa.

- Xé!! É mesmo verdade. Este gajo do mulumbeiro recebeu feitiço. Só pode! - era o kota Das Chaves, enquanto via o casal a desaparecer.

Os outros não responderam. O silêncio voltou a ser o governo. Quando João Corcunda regressava, qual truque ensaiado, os três meteram-se de pé. Ele, vendo-os, parou. Fez-se estátua. Pensara que os três eram facinorosos que o queriam prejudicar.

- Somos nós, João!! - Zevares anunciou.

Reconhecendo a voz, João Corcunda meteu movimento nos pés.

- Não fazem assustar assim o outro. Esta hora é muito tarde!

- Ó João, o que é que tens a dizer sobre a Panchola?! - tirou o kota Das Chaves.

João Corcunda sorriu, fazendo a an-

siedade dos seus inquiridores avolumar-se ainda mais. Fenecido o leve riso no seu rosto, disse.

- É nas calmas, meus. Tudo deve andar nas calmas... - respondeu.

- O quê, este tempo todo aí com ela não fizeste nada?! - novamente o kota Das Chaves. Mesmo no escuro, via-se o grande espanto maculado no seu rosto.

- Hoje só foi uma perada de leve, meus avilos. Da próxima, vamos mais longe. Vão me desculpar, vou bazar. Já está muito tarde e estou bué fatigado. - dito, João Corcunda virou-se, deulhes a sua mulumba. Meteu-se a caminho do seu portão.

Kota Das Chaves, sem nada dizer, sentou-se. Parecia que o seu volumoso corpo fora tomado por copioso cansaço também. Abancado, na boca, num tom sussurrado, adiantou-se a repetir a prosa do João Corcunda.

- Hoje foi só uma perada de leve...

- E pá, vamos dormir. A fezada é dele, afinal o ditado é antigo. "O amor é cego". - disse o Zevares e meteu-se em movimento. O Kito imitou-o. Partiram, deixando o kota Das Chaves plantado naquela pedra. Pelos vistos, este, alheado, nem dava pelos amigos que se retiravam. Na

manhã seguinte, quando Kito saía apressado para o trabalho, cruzou com a Panchola, que vinha da casa do João Corcunda. Seu rosto era jovial. Estava toda adornada como sempre. Saudaram-se. Calcorreados alguns metros, adentraram no mesmo táxi, sentando-se bem juntinhos.

Logo que o táxi iniciara a marcha, Kito lembrou-se da cena da noite anterior. Da perada do João Corcunda e do rosto lutuoso do kota Das Chaves. Soltou um insonoro riso. A Panchola olhou-o curiosa. Instantes depois, Kito encheu-se de coragem e perguntou:

- Panchola, ontem vi-te na minha rua, o que fazias lá àquelas horas tão tarde?!

Ela cortou o seu lindo rosto com um tímido sorriso.

- Então riste por isso?! - sorriu novamente - Ontem, ao sair da faculdade, andei no mesmo táxi com o vosso vizinho João. Quando chegámos ao bairro, ao ver tudo escuro, comecei a lamentar muito porque tinha que enviar um e-mail e estava sem carga no telefone. Ele ofereceu-se em ajudar-me, porque tem um carregador acumulador em casa. Por isso é que fui com ele à sua casa. Ele foi tão gentil que até me ofere-

ceu dois copos de sumo de pêra.

- O quê?! Sumo de pêra?! Oh!.. Afinal?! - Kito aparvalhou-se.

- Sim, sumo de pêra. E estava bem geladinho. Mas na hora de sair da casa dele fiquei com muito medo. Estava muito escuro. Ele, sempre gentil, aconselhou-me a deixar os meus sapatos, a bolsa e o meu telefone na casa dele e ainda foi deixar-me à porta de casa. Acabei de pegar as minhas coisas hoje.

Quando a Panchola terminou, estavam na paragem da Mutamba. Assim que se despediram, Kito não pôde segurar-se. Soltou uma sonora gargalhada. À sua mente viera o sofrimento baldado do kota Das Chaves, pois não fora um pero que o João Corcunda dera à Panchola, mas uma perada, que, afinal, era sumo de pêra. Depois de tirar o seu telefone da algibeira, escreveu uma mensagem para o kota Das Chaves.

"Ó kota Das Chaves, ontem foste salvo pela perada do João Corcunda, pois me esqueci de te mangar pela surra que o meu D'agosto deu ao teu Petro. Mas isto é assunto passado. Logo, na taberna do Irineu, prepara o bolso. Tenho uma grande novidade para te dar!"



Ondangu ni ngwingi

1.- O Ndangu ni Ngwingi jipange.

2.- O Ndangu idisanga kwene kwadisanga omenya ma ngiji ni menya mongwa ma kalunga kamenya, o Ngwingi anga idisanga mu menya ma ngiji, dikanga dya menya ma Kalunga ka menya.

3.- Okufula kwa Ndangu udisanga kyoso ndangu ukala mu kunwa menya mongwa, kwene kwadilunga omenya ma ngiji ni menya mongwa ma kalunga kamenya.

4.- Omenya a mongwa yene inetesa mukutu wa ndangu; yene ifudisa mukutu wa ndangu.

5.- Ominya ye yadikunda pe, yene yabeta kukolokota.

6.- Kyenyeki pe, okukolokota kwa Ndangu kota; kwa Ngwingi ndenge.

7.- O Ndangu ni Ngwingi ajidila mu kifwa kyene kimoxi: adyanga kujitandela; kyoso kijikala jakukuta kya ni mwanya anga ajizuzua ni ajilambela.

8.- Ajizuzua pala kujidila mu menya a ndungu ni funji anga ajidila we hanji jolunge ni fwadinya ya museke yolunge ni menya kala akwazanga azola kujidila.

9.- Say indumba dya atu, kwila Ndangu aidila ngo yolambe ni maji ma ndende yolunge ni funji.

10.- Aka mukwa hanji amesena we kudya Ngwingi yolambe mu kifwa kyene kimoxi: ni maji ma ndende ni funji kumbanji.

11.- Bw itanda, ojingwingi jivula; ojindangu jitola mukuvula!

12.- Exi ojingwingi ni jindangu jibeta mukufula jolambe ni maji ma ndende ni jimboa ni jingombo kwila ajidila ni funji.

O bagre do mar e o do rio

1.- O bagre do mar, o Ndangu; e o do rio, o Ngwingi, são irmãos. 2.- O Ndangu encontra-se onde a água do rio se encontra com a água do mar; enquanto que o Ngwingi se encontra no rio, distante das águas marinhas. 3.- O gosto do Ndangu resulta de estar a beber a água que é uma mistura da do rio e a do mar. 4.- É a água salgada que o faz engordar; que lhe dá o gostoso sabor. 5.- A sua espinha dorsal é mais dura. 6.- Deste modo, a dureza do Ndangu supera à do Ngwingi. 7.- O Ndangu e o Ngwingi são comidos do mesmo modo: começa por ser escalado. São assados ou cozinhados depois de secos. 8.- Quando assados são comidos em menyandungu (água e jindungu) e funje ou farinha de mandioca misturada com um pouco de água, tal como os ilhéus de Luanda gostam de comer. 9.- Há muita gente que prefere comer o Ndangu cozinhado em óleo de palma acompanhado de funje. 10.- Também outros preferem comer o Ngwingi cozinhado em óleo de palma acompanhado de funje. 11.- Nos mercados, o Ngwingi é encontrado em maior quantidade; o Ndangu em menor quantidade. 12.- Dizem que o Ngwingi e o Ndangu são mais saborosos quando cozinhados com óleo de palma; jimboa e quiabos, e são comidos acompanhados de funji.

